



Nº 1164 - Semanal
0,50 €

25 Julho 2002

ACÇÃO SOCIALISTA

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA

Director António José Seguro Director-adjunto Silvino Gomes da Silva
Internet www.partido-socialista.pt/accao E-mail accao.socialista@partido-socialista.pt

PS CONTRA LIBERALIZAÇÃO DOS DESPEDIMENTOS



A coligação de direita liderada por Durão Barroso voltou a mentir aos portugueses. Depois de dizer que não liberalizaria os despedimentos, eis que o anteprojecto de Código de Trabalho abre essa porta de forma inaceitável e perigosa. Apresentado depois do fecho da Assembleia da República e quando as atenções dos portugueses estão viradas para as férias, eis que insidiosamente a legislação laboral agora apresentada pelo Governo vem pôr em causa o direito ao trabalho e o trabalho com direitos. Insidiosamente também, pretende debilitar a actividade dos sindicatos e a posição dos trabalhadores, lançando o medo e a insegurança. O Partido Socialista, através do ex-ministro do Emprego Paulo Pedroso, tomou uma posição e deixa ao Governo cinco avisos e alguns conselhos. Para serem levados a sério.

► Página 5

ENTREVISTA A JOÃO CRAVINHO

SCUT'S SÃO TRAVE-MESTRA DO DESENVOLVIMENTO SOLIDÁRIO



Políticas e défice estratégico na área das infra-estruturas do território são duas das mais gritantes falhas apontadas por João Cravinho à política governamental para o sector das obras públicas. Em entrevista ao "Acção Socialista", na véspera da abertura em toda a sua extensão da A2, o ex-ministro do Equipamento denuncia a ausência de novidades no propagandeado "pacote de obras públicas", fala da importância do TGV, considera um mau negócio para as finanças públicas o fim das SCUT's e explica porque é que a desistência da construção do novo aeroporto da Ota é mais uma "enorme trapalhada" da maioria de direita.

► Página 11

JORGE COELHO NOS OLIVAIS ANUNCIA LANÇAMENTO DE PETIÇÃO A FAVOR DO CRÉDITO BONIFICADO À HABITAÇÃO

► Página 7

SOCIALISTAS DENUNCIAM OFENSIVA IDEOLÓGICA DA DIREITA CONTRA A SEGURANÇA SOCIAL

► Página 4

A SEMANA REVISTA

O secretário-geral, Ferro Rodrigues, deu uma conferência de Imprensa na passada quinta-feira, onde anunciou a intenção do Partido Socialista se abster na votação da Lei da Estabilidade Orçamental, se, entre outros aspectos, cumprisse todos os imperativos constitucionais.

A lei acabou por ser aprovada na Assembleia da República, no passado dia 19 de Julho.

O porta-voz, Paulo Pedroso, deu a conhecer em conferência de Imprensa a posição do PS sobre o anteprojecto do Código do Trabalho proposto pelo Governo, manifestando-se, entre outros pontos, contra a liberalização dos despedimentos.

A Comissão Política Concelhia do PS/Porto homenageou António Guterres, com o objectivo de demonstrar o reconhecimento pelo trabalho do ex-primeiro-ministro.

Os socialistas Paulo Pedroso e Vieira da Silva foram os oradores de uma Conferência organizada pela Comissão Política da Concelhia do PS da Amadora, subordinada ao tema "o modelo de Segurança Social que pretendemos para Portugal", que teve lugar na passada terça-feira, no auditório da Câmara Municipal.

Os vários sindicatos do sector da Saúde uniram-se numa greve geral de protesto contra a nova Lei de Gestão Hospitalar, que registou uma elevada adesão.

Na qualidade de presidente da Cruz Vermelha, Maria Barroso efectuou uma visita a Angola para entrega de material de ajuda à população local.

O Presidente da República recebeu ontem em audiências separadas as duas centrais sindicais, UGT e CGTP, e ainda a Confederação do Comércio Português (CCP) e a Confederação dos Agricultores Portugueses (CAP).

A REMODELAÇÃO

ANTOONIO COLAÇO

Manuela voltou a admitir mais medidas restritivas.
(de 18/07/02)

O «AS» sabe que, em consequência, Durão se prepara para reduzir o Governo. Eis a revelação exclusiva do **Novo Governo** a quatro:

José Manuel Durão Leite

Manuela Ferreira Durão

José Ferreira Durão

Manuel Leite Barroso



Afinal, a metáfora da ausência de liderança europeia tem muito mais propriedade se aplicada ao rectângulo português. Se Durão Barroso, como se demonstra, não está ao cockpit, então Portugal encontra-se em piloto automático.

Perante uma reduzida plateia do curso de Verão da Faculdade de Direito de Lisboa sobre o futuro da União, Durão Barroso comparou a Europa a um avião de grande porte, mas sem ninguém aos comandos, querendo com esta imagem referir a ausência de liderança europeia. Mas, vem bastante atrasado nesta análise.

Antes de Durão Barroso, já Mário Soares e António Guterres se tinham pronunciado nesse sentido, porventura com mais vigor, elegância no uso das imagens (pois o recurso a aviões evoca-nos sempre os trágicos acontecimentos de 11 de Setembro) e, sobretudo, tendo o cuidado de falarem para audiências mais compostas sobre tão importante temática.

Em todo o caso, o exemplo do Boeingsem piloto no cockpitaplica-se às mil maravilhas a Portugal. Infelizmente é o nosso país que transmite a imagem de que não há ninguém a comandar, de que não há rota nem destino. É que a liderança nacional é tão fraca e tergiversante que além de fazer tudo diferente do que prometeu durante a campanha eleitoral, já aos comandos do Governo, Durão Barroso tem-se mostrado incapaz de definir uma orientação consistente e consequente. Prometeu baixar os impostos e subiu o IVA. E nisto se consubstanciou o choque fiscal. Depois, com o discurso da "tanga", induziu junto dos agentes económicos um tal clima de pessimismo que a recessão se instalou. Onde antes havia apenas uma crise orçamental, resvalou-se, por inabilidade política, para uma crise económica, cujo único responsável é o primeiro-ministro.

Para limitar a despesa do Estado, foram anunciados despedimentos na Administração Pública, mas no final da legislatura irá verificar-se que, afinal, os funcionários públicos em 2006 serão em maior número do que os que temos hoje em dia. Com o mesmo objectivo, foram anunciados para os primeiros 45 dias da governação, a fusão e extinção de institutos e organismos públicos. Passado este tempo verifica-se apenas a extinção do único organismo que se extinguiu por si próprio, a Comissão de Acompanhamento da situação em Timor-Leste. É obra!

Depois de todas as trapalhadas com a Lei da Televisão, parece que o Governo deu um prazo até ao final do ano à nova administração para a definição do modelo de televisão que pretende para

EDITORIAL

PORTUGAL EM PILOTO AUTOMÁTICO

Portugal. Com sorte, só no final de 2003 teremos novidades. Ou seja, razão tinha Ferro Rodrigues na campanha quando prometeu dois anos para resolver o problema da RTP.

Porque o registo deste Governo é desfazer tudo o que de bem o PS tinha deixado, vá de mudar a Lei de Bases da Segurança, o Rendimento Mínimo Garantido e a Lei da Imigração.

Mais recentemente, no afã de apresentar obra feita, eis-nos perante uma proposta de Código do Trabalho que já mereceu uma declaração de guerra total por parte das forças sindicais. Vamos ver se não se repetirá aqui a trapalhada verificada com a Lei da Televisão.

Mas não resisto a referir Barrancos para demonstrar a hipocrisia e incoerência dos partidos da actual maioria, pois que quando eram oposição sempre defenderam o que acabaram de aprovar na Assembleia da República.

Afinal, a metáfora da ausência de liderança europeia tem muito mais propriedade se aplicada ao rectângulo português. Se Durão Barroso, como se demonstra, não está ao cockpit, então Portugal encontra-se em piloto automático.



SILVANO GOMES DA SILVA

Silvano Gomes da Silva

PS REALIZA COMÍCIO DA RENTRÉE EM RESENDE

O PS vai realizar o seu comício da *rentrée* política a 24 de Agosto em Resende, distrito de Viseu. "Resende foi um município onde o PS ganhou nas últimas autárquicas, num contexto difícil, tendo desalojado um presidente de câmara histórico do PSD", afirmou o porta-voz do PS, Paulo Pedroso, acrescentando que esta vitória significa "a possibilidade de vencer com o esforço, dedicação e empenho dos militantes e por isso merece ser comemorado em Resende".



FERRO CONFRATERNIZA COM FUNCIONÁRIOS

O secretário-geral, Ferro Rodrigues, confraternizou na terça-feira com os colaboradores da sede nacional do PS.

Antes do lanche, que decorreu nos jardins da sede do Largo do Rato, Ferro Rodrigues dirigiu breves palavras aos funcionários, agradecendo-lhes todo o trabalho abnegado que têm desenvolvido e pedindo um esforço redobrado, neste momento difícil para o partido, de forma a que, com a colaboração de todos, militantes, dirigentes e funcionários, todos os objectivos a que o PS se propõe sejam alcançados.

DEBATE SOBRE SEGURANÇA SOCIAL

OFENSIVA IDEOLÓGICA DA DIREITA

Apenas um golpe de teatro ideológico. É assim que os socialistas encaram a estratégia do Governo PSD/PP para as políticas sociais, já que, em boa verdade, nenhum dos diplomas até agora aprovados na generalidade vigora enquanto Lei da República. Após uma campanha eleitoral demagógica em que a máscara da solidariedade passeou por mercados e praças públicas, assiste-se, três meses depois da tomada de posse do Executivo Barroso/Portas, à emergência de um edifício alicerçado na lógica caritativa da direita.

O modelo de segurança social que os socialistas defendem caracteriza-se pelo acesso universal, pela criação de uma relação contributiva, pela luta contra a fraude, por uma fórmula mais justa de cálculo de pensões e pela coesão social enquanto direito prioritário.

Contrariamente, o modelo que o novo Governo pretende implementar acaba com a protecção da cidadania enquanto direito e regride para uma solidariedade assistencialista.

Esta e outras ideias foram discutidas terça-feira, no auditório da Câmara Municipal da Amadora, durante um debate organizado pela Comissão Política Concelhia do PS local, em que participaram os deputados Paulo Pedroso e Vieira da Silva.

O porta-voz do Partido Socialista começou a sua intervenção lembrando que as políticas sociais não são uma preocupação exclusiva da esquerda. Mas, Pedroso não deixa de chamar a atenção para o facto de que, em Portugal "depois do 25 de Abril, houve apenas dois ou três momentos em que estas questões estiveram no topo da agenda política e em desses momentos foi a governação de António Guterres.

O ex-ministro do Trabalho e da Solidariedade recordou que, em 1995, os socialistas foram confrontados com o problema da pobreza e agiram em consonância com um valor que passou a ser a bandeira do Executivo do PS: a coesão social.

Introduziu-se, pois, a ideia da cidadania social, isto é, legislou-se no sentido de reconhecer a cada cidadão, pelo simples facto de o ser, o direito de ser protegido.

A proposta de Lei de Bases da Segurança Social, recentemente aprovada na generalidade pelo Parlamento, faz desaparecer este subsistema de protecção, aderindo a uma lógica miserabilista e caritativa de se dar o que se pode, quando se pode.

"É no alargamento do espaço dos direitos e dos deveres que reside a questão essencial para os socialistas", explica Paulo Pedroso, para quem "já se começa a perceber com clareza o que



subjaz à esta ofensiva da direita".

"A diferença ideológica é evidente", disse, aludindo o facto de não ter emanado do texto da nova lei de bases razão alguma para revogar o actual quadro jurídico em vigor há menos de dois anos.

Tomando como exemplo a alegada substituição do Rendimento Mínimo Garantido (RMG) pelo Rendimento Social de Inserção (RSI), Pedroso fala duma "mexida na lei" discrimina os mais desfavorecidos. Recorde-se que o RSI estabelece que os jovens entre os 18 e os 25 anos e quem tiver praticado alguma transgressão legal deixam de poder beneficiar de ajuda social para inserção.

Apesar de ser "grave e preocupante este ataque aos direitos dos mais fracos", o parlamentar do PS fala em "vitória", pois "o núcleo duro do RMG mantém-se".

Segundo o porta-voz do PS a direita quer abandonar o terreno da solidariedade e tende a pensar que a Segurança Social se resume à mera protecção de uma população de idosos ou de incapacitados para o trabalho.

"A Segurança Social não é um paternalismo do Estado, mas um sistema integrado de protecção ao longo da vida", declarou.

Em jeito de conclusão, Paulo Pedroso disse que "lei após lei, está a emergir um edifício ideologicamente coerente". Trata-se de uma construção conservadora nos pressupostos morais, ligada a estratégias restritivas de direitos e que não segue a rota do combate às injustiças sociais e às desigualdades.

Portanto, o Governo da maioria está a mexer no equilíbrio que se obteve na redistribuição do poder e do dinheiro, após longo e ponderado trabalho da equipa socialista.

"É uma ofensiva organizada de direita contra as políticas sociais da esquerda", finalizou Paulo Pedroso, num alerta subscrito pelo seu colega de bancada Vieira da Silva.

Aventura perigosa

"Durante algum tempo, a direita teve receio de mostrar essa cara anti-social, tendo mascarado as políticas conservadoras com uma pretensa preocupação solidária", disse o deputado.

O coordenador socialista da Comissão da Segurança Social referiu-se ao estado de graça de que o Governo tem usufruído junto da Imprensa e que, se receia, possa vir a contaminar a opinião pública.

Sublinhando que com o PS estabeleceu-se uma diferenciação entre duas dimensões da Segurança Social – a previdencial e a protecção da cidadania –, Vieira da Silva não esconde a grande preocupação que lhe suscita o desaparecimento da segunda.

"Os governos do socialistas responderam ao problema dos défices de protecção social", disse, salientando que também a sustentabilidade do sector, a médio e longo prazos, é posta em causa com a nova Lei de Bases.

À metódica gestão reformista da administração de António Guterres, em que se apresentou

uma proposta de lei e se produziu consensos junto dos parceiros sociais após consultas e estudos criteriosos, segue-se o descalabro processual.

"O actual Governo revoga a Lei de Bases da Segurança Social, mas mantém em vigor os decretos que a regulamentam", observou, destacando o absurdo.

Relativamente à agenda do ministro da tutela, Bagão Félix, Vieira da Silva elencou cinco sinais "verdadeiramente preocupantes", sendo o primeiro deles o golpe ideológico da direita que visa mudar o consenso sobre direitos sociais, mas que esta não tem tido coragem nem engenho de desferir, para já, na prática.

O desrespeito pelas mais elementares regras do agendamento parlamentar democrático, "a gigantesca manobra de propaganda fácil", que consiste em fazer passar mensagens pouco claras para induzir em erros os cidadãos, e a plafonamento", ou seja, os limites contributivos, são os outros sinais "assustadores", na óptica do ex-secretário de Estado da Segurança Social. "Estão a embarcar-nos numa aventura, a prazo, perigosa", alerta Vieira da Silva, para quem o risco da descapitalização da Segurança Social é uma realidade, podendo implicar para o País uma regressão de uma década.

"Estão em marcha forças e processos que poderão pôr em causa a confiança dos cidadãos no sistema público de protecção social, beneficiando sistemas mais individualistas", concluiu.

MARY RODRIGUES

POSIÇÃO DO PS FACE AO ANTEPROJECTO DE CÓDIGO DO TRABALHO

O Partido Socialista defende uma transformação modernizadora da legislação laboral. Entendemos que é possível compatibilizar direitos de cidadania e dignidade de quem trabalha com a capacidade de adaptação das empresas às exigências derivadas de uma cada vez maior competitividade.

Infelizmente, não parece ser esse o caminho seguido pelo Governo, nomeadamente se persistir nos princípios e em algumas das soluções concretas presentes no Anteprojecto de Código de Trabalho que ontem foi apresentado aos parceiros sociais.

O PS vê com grande preocupação que uma matéria tão importante para milhões de trabalhadores por conta de outrem não esteja a ser tratada com o cuidado e ponderação que merecem. O Governo aguardou o fecho da Assembleia da República e as vésperas de férias para trazer esta questão para cima da mesa, relançando a insegurança e o receio junto dos trabalhadores e avançando com um discurso mistificador e confuso sobre os problemas a enfrentar e as soluções para eles.

O senhor ministro Bagão Félix tem repetido que este anteprojecto visa resolver um problema de produtividade na economia portuguesa, comparando a nossa produtividade geral com a de outros países. Tal comparação contém dois erros fundamentais. Em primeiro lugar, os diferenciais de produtividade não se devem aos trabalhadores ou à legislação laboral. Em segundo lugar, a comparação geral esquece que para unidades com tecnologias semelhantes, inseridas em grupos transnacionais ou de capitais nacionais, está apurado que a produtividade em Portugal não é inferior à dos outros países.

Há um problema de produtividade em Portugal, mas ele não se resolve exclusiva ou principalmente com a legislação laboral, resolve-se com educação, qualificação, investimento em sectores modernos, tecnologia, capacidade de gestão. É uma mistificação e um atentado ao esforço de quem trabalha imputar às leis do trabalho a responsabilidade por um problema que se transcende e que nelas não radica fundamentalmente. Aliás, foi com esta legislação laboral que Portugal alcançou um lugar de topo em termos de taxa de emprego e de tempo de trabalho.

É, no entanto, necessário resolver problemas para os quais a legislação do trabalho pode ser um elemento relevante de resposta. Portugal tem níveis inaceitavelmente elevados de absentismo e é preciso aumentar a adaptabilidade das empresas, melhorando as respostas às necessidades de mercado. Para tal, defendemos que o Estado tem a obrigação de promover o princípio da responsabilidade mútua de trabalhadores e empregadores e uma solução equilibrada, que privilegie a negociação colectiva e consagre na lei padrões básicos e universais. Acharmos que este caminho é um desafio a todos, incluindo os sindicatos, que tenham uma atitude imobilista e se entrincheirem em posições do passado. É necessário modernizar e é fundamental não confundir essa modernização com contraofensivas ideológicas, também elas viradas para o passado. Por outro lado, o Direito do Trabalho não pode ser uma simples emanção do direito civil. Um contrato de trabalho não é igual à compra e venda, ou ao arrendamento de um imóvel. Os trabalhadores não são e não podem ser tratados da mesma forma que uma mercadoria. Este anteprojecto comete o pecado capital de se desviar da tradição do direito do trabalho, caminhando no sentido de tratar um contrato de trabalho como qualquer outro



contrato. Consequentemente, ataca os direitos colectivos dos trabalhadores, enfraquece a sua representação colectiva através dos sindicatos, individualiza a relação de trabalho, num percurso que mais se assemelha à americanização que ao modelo europeu de relações de trabalho.

Este anteprojecto não salvaguarda equilíbrios necessários e dá sinais errados à sociedade e à economia portuguesa sobre o futuro do trabalho e das relações de trabalho. Não salvaguarda a família, que o Governo tanto proclama, nem a segurança dos cidadãos trabalhadores. Não estimula a modernização económica. Apenas visa reduzir o custo do trabalho, sem cuidar que os benefícios assim gerados sejam equitativamente distribuídos, permitindo inclusivamente situações de redução de facto da remuneração efectivamente auferida, hoje, por trabalhadores que trabalhem no período entre as 20 e as 23 horas.

O PS quer contribuir para que não se perca a oportunidade gerada pelo trabalho da Comissão de Análise e Sistematização da Legislação Laboral, que o nosso Governo encarregou de uma missão que foi já concluída na vigência do actual Governo. O qual, aliás, não entregou até agora na Assembleia da República o relatório final da referida Comissão, apesar de tal já ter sido requerido pelo PS há mais de um mês.

Para que este processo não se transforme em mais um factor de agravamento do clima de crispação social e possa trazer benefícios para a economia, as famílias e os trabalhadores, é necessário que o Governo arrepie caminho, abandone a atitude autoritária que vem tendo e reconheça os erros constantes neste anteprojecto. É necessário que avance para uma legislação que apoie mais emprego, melhor produção e não insista em partir a coluna vertebral aos sindicatos. Seja cumprida a palavra dada pelo primeiro-ministro e pelo ministro Bagão Félix de que não haveria liberalização dos despedimentos.

Caso contrário, a discussão deste Anteprojecto redundará num passo atrás na modernização da legislação do trabalho e no aprofundamento de uma conflitualidade social desnecessária, da inteira responsabilidade do Governo.

Agora que finalmente é conhecido, embora só há poucas horas, o Anteprojecto de Código do Trabalho, o PS lança cinco avisos ao Governo, para que corrija o seu rumo e a modernização da legislação laboral não seja prejudicada:

1. Desista de liberalizar os despedimentos, ao contrário do que está actualmente previsto. Não há razão para pôr em causa o direito fundamental à reintegração de um trabalhador despedido, ainda que seja numa microempresa, para instituir a possibilidade consequente de um patrão comprar um despedimento sem justa causa, para ampliar a possibilidade de despedimento por reforço do poder disciplinar da entidade patronal. O País precisa de mais e melhor emprego, não de despedimentos mais fáceis.

2. Abandone a ideia de permitir que um trabalhador possa estar, no limite, toda a vida contratado a prazo pela mesma empresa. Portugal é, já hoje, o segundo país europeu com maior percentagem de contratados a prazo e no outro, a Espanha, houve um acordo entre o Governo e os parceiros para limitar o recurso a estes contratos. O alargamento injustificado da precariedade que esta medida acarreta é ofensivo da dignidade do trabalhador, desestabiliza os vínculos de trabalho e ataca particularmente os jovens, que serão a maior parte dos novos contratados do futuro. Não há razões para deixar de haver, por princípio, um limite temporal máximo à contratação de um mesmo trabalhador a termo certo pela mesma empresa.

3. Não abra a porta ao abuso de poder do empregador em relação ao trabalhador na celebração do contrato individual de trabalho. Não é admissível que um trabalhador possa ser forçado a aceitar um contrato de trabalho que estipule, no limite, que ele esteja todo o tempo a desempenhar uma tarefa diferente daquela que consta do objecto central do seu contrato de trabalho, sendo possível que tal ocorra com deslocação de local de trabalho e aparentemente até com perda de remuneração. O trabalhador que procura emprego não pode ser submetido a esta nova violência, que é um atentado aos seus direitos e à sua dignidade. É aceitável que possa transitoriamente exercer tarefas acessórias ou diferentes do objecto do seu contrato, mas não que possa ser forçado a aceitar num simples contrato individual que a excepção passe a ser a regra.

4. Não crie novas dificuldades aos trabalhadores-estudantes. Pelo contrário, com os níveis educativos dos trabalhadores portugueses, os trabalhadores-estudantes devem ser estimulados. Só assim aceleraremos a qualificação dos trabalhadores. Retirar a possibilidade dos trabalhadores-estudantes solicitarem dias de estudo para prepararem os seus exames é um sinal totalmente oposto àquele que deve ser dado, de prémio ao esforço individual de valorização educativa e profissional.

5. Valorize as relações colectivas de trabalho e a representação sindical dos trabalhadores e deixe-se de tentativas de destruir os sindicatos e o sindicalismo. O modelo social europeu privilegia, e bem, a negociação colectiva, até

porque esta é um instrumento fundamental de garantia da flexibilização negociada. Atacar os sindicatos, apostando tudo na individualização das relações de trabalho e na intromissão da lei para regular imperativamente o que carece de variações sectoriais que devem resultar do acordo das partes é um passo atrás muito significativo na cidadania em meio laboral tão necessária como em qualquer outro aspecto da nossa vida colectiva e não resolverá os problemas de produtividade que é preciso resolver.

O desenvolvimento da análise deste Anteprojecto levantará, provavelmente, muitas outras questões. Mas para que ele possa ocorrer em direcção à modernização das relações laborais é necessário que o Governo aceite ainda alguns conselhos quanto ao caminho a seguir:

1. Lembre-se sempre que a história do diálogo social na Europa é a da busca da repartição adequada dos frutos das melhorias e não da sua entrega a uma das partes. Diminuir o custo do trabalho tem que ter contrapartidas para os trabalhadores e neste anteprojecto ainda não se vislumbra qualquer esforço nesse sentido. Aguardamos as propostas do Governo, a menos que este queira estimular que elas apareçam apenas na rua e nas reivindicações dos trabalhadores, abdicando do seu papel de defensor do interesse comum e não de advogado de uma das partes em presença.

2. Tenha presente que este é um dos assuntos mais decisivos na vida de milhões de trabalhadores que trabalham em condições difíceis e com níveis salariais reconhecidamente baixos e que, portanto, tem que haver responsabilidade no modo como são avançadas propostas que são susceptíveis de pôr em causa o equilíbrio de vida desses trabalhadores. Tal como tem vindo a ser apresentado este Anteprojecto, há trabalhadores que podem ver o seu despedimento facilitado, o seu contrato a termo significativamente aumentado na sua duração, a remuneração pela parte nocturna do seu trabalho a diminuir. Um anteprojecto que comporta estes riscos suscita uma indignação compreensível. Este não é o terreno certo para as "fábulas mediáticas" do Governo, é o terreno para a busca dos consensos necessários a que seja simultaneamente possível a modernização e não sejam incendiadas as relações de trabalho no país.

3. Aceite que há matérias em que tem que recuar e abandonar pressupostos ideológicos de direita, se quer mesmo a modernização da legislação laboral. O Governo desenvolve neste anteprojecto a demagogia neoliberal e olha praticamente só para um dos lados. Os portugueses não querem as soluções neoliberais e querem um equilíbrio justo e é melhor para todos que o Governo o perceba a bem do que a mal.

4. Não se esqueça que vivemos em democracia. À hora a que preparamos esta conferência de imprensa passaram cinco dias sobre o anúncio público do Anteprojecto, houve várias declarações públicas de membros do Governo, conferências de imprensa dos partidos da coligação governamental e até notas de imprensa respondendo a questões suscitadas, sem que o referido Anteprojecto tivesse ainda sido distribuído aos partidos representados na Assembleia da República. A aprovação do Código do Trabalho é uma competência exclusiva da Assembleia da República. Os partidos têm que ser respeitados e é inadmissível que o Ministério da Segurança Social e do Trabalho fale de um debate público para o qual os partidos não são convocados. A tralhalhada processual não pode continuar.

FESTA DO PS/MADEIRA**CRÍTICAS À POLÍTICA ANTIAUTONOMISTA DO GOVERNO DE DURÃO**

Paulo Pedroso, na festa anual do PS/Madeira, acusou o Governo da República de estar a copiar os piores defeitos do Governo Regional da Madeira, e pior não podia dizer depois de todos os epítetos com que já foi brindado Alberto João Jardim.

Na festa anual do PS/Madeira, em Fonte do Bispo, foi denunciada a política antiautonomista seguida pelo Governo de Durão Barroso e criticada pelos líderes regionais do PS a postura de Alberto João Jardim por "se vergar a Lisboa".

No seu discurso perante milhares de militantes e simpatizantes socialistas, o camarada Paulo Pedroso apontou baterias ao Governo de Durão e Portas, que "ainda não governa porque continua em campanha contra o Governo anterior", responsabilizando-o por estar a arrastar Portugal para "uma das mais graves crises económicas".

O porta-voz do PS disse que o Governo se prepara para "tirar a espinha dorsal aos sindicatos" e levantar uma onda de despedimentos com o seu anteprojecto da lei laboral.

Uma parte substancial da intervenção do porta-voz do PS centrou-se na Madeira, lembrando



que esta região autónoma "é a única região do país onde a alternância nunca funcionou", sublinhando que "não está escrito em nenhum livro que tenha de ser assim para sempre".

Por isso, pediu união e empenho aos militantes socialistas da região, porque, quando a oportunidade de alternância chegar, há que haver preparação.

"Não devem fechar-se nas sedes", disse, pedindo, por outro lado, "humildade para surpreender os que já estão instalados".

É que, disse, finalmente, "os madeirenses vão sentir prazer ao conhecer a alternância".

Na mesma linha de críticas contundentes ao Governo foram as intervenções de Duarte Caldeira, líder parlamentar do PS/Madeira e Luísa Mendonça, presidente interina, que acusaram o Executivo de "antiautonomista" e de estrangular o desenvolvimento das regiões autónomas.

Acusações que atingiram, sobretudo, Alberto João Jardim e os deputados do PSD/Madeira na Assembleia da República por "se vergarem" ao poder de Lisboa.

Luísa Mendonça apelou à unidade interna, pedindo "um PS forte, unido e crítico para as batalhas que aí vêm nas várias frentes".

SECÇÃO DO AMBIENTE**ALBERTO PEREIRA ELEITO COORDENADOR**

Alberto Pereira é o novo secretário-coordenador da Secção Temática do Ambiente. Nas eleições para os órgãos dirigentes desta estrutura, a sua lista alcançou 39 votos, enquanto a outra lista, liderada pelo camarada Rui Marques, obteve 29 votos.

Segundo Alberto Pereira, o Secretariado agora eleito tem como objectivo central "dar a voz a todos os aos militantes, fazendo-os participar de uma forma activa nas numerosas iniciativas que temos programadas para a Secção, que não queremos demasiado tecnocrática".

Realizar debates e colóquios regulares sobre temas como ordenamento do território e ambiente, entre outros, lançar um site na Internet, bem como realizar iniciativas conjuntas com a Concelhia de Lisboa e a FAUL, são algumas das acções que o Secretariado pretende levar a cabo.

AÇORES**CARLOS CÉSAR CONTRA "PSICOSE MISERABILISTA"**

O presidente do Governo Regional dos Açores, Carlos César, acusou o Executivo de Durão Barroso de promover uma "psicose miserabilista" prejudicial aos interesses do País, que contribuiu "menos para o rigor das finanças públicas" e "mais para a retração dos investidores e falta de confiança dos consumidores".

Carlos César, que falava na inauguração do primeiro hotel que foi construído na vila da Povoação, ilha de S. Miguel, reiterou as críticas à Lei de Estabilidade Orçamental aprovada na Assembleia da República, considerando-a negativa para as regiões autónomas.

A lei, adianta César, não deve "penalizar as regiões mais ultraperiféricas, que necessitam de crescer mais para recuperar o atraso de décadas e que hoje não chegam a consumir um por cento do Orçamento do Estado".

Para o chefe do Governo Regional dos Açores, a Lei de Estabilidade Orçamental é necessária, mas não deve ser aplicada "nem à custa da diminuição das transferências para as regiões autónomas, nem da sua capacidade de endividamento, porque elas pouco representam nas despesas do Estado".

Governo de Durão fez recuar as autonomias

Entretanto, no dia da aprovação da Lei de Estabilidade Orçamental, o PS/Açores emitiu um comunicado em que acusou o Governo de Durão Barroso de "ter feito a as autonomias recuar cinco anos", por ter passado "de novo, a poder diminuir arbitrariamente, quando e como quiser, no próximo Orçamento de Estado e nos seguintes, as transferências para a Madeira e os Açores".

Para os socialistas açorianos, "com a rejeição das propostas de alteração apresentadas pelo PS na Assembleia da República, que definiam critérios para o endividamento das regiões autónomas, a ministra das Finanças procurará consumir em 2003 e 2004 o que tentou já este ano, ou seja, impedir o recurso a essa via para a Madeira e os Açores manterem os seus níveis de investimento".

No comunicado, são tecidas ainda críticas ao deputado e líder do PSD/Açores, Vitor Cruz, que, "para se fingir importante, numa ânsia infantil, diz-se cheio de compromissos do primeiro-ministro para que nada nos aconteça".



Os socialistas açorianos acusam o líder do PSD/Açores de "não ter percebido que o Governo de Durão Barroso é tão mau para o Governo do PSD da Madeira como para o Governo do PS nos Açores e que os compromissos que diz ter do primeiro-ministro são os mesmos que têm os governos regionais: ou seja, que o primeiro-ministro fará o possível para não diminuir transferências".

Um compromisso em que o PS não acredita, uma vez que "o mesmo Durão Barroso já se havia comprometido a melhorar a lei das finanças regionais e o resultado está à vista".

O PS/Açores "não aceita que, qualquer que tenham sido os defeitos dos governos da República anteriores - e lembramos, seja como for, que os Açores e a Madeira foram protegidos por esses governos - se penalize agora as regiões autónomas, quando ambas não chegam a representar um por cento da despesa do Orçamento do Estado português".

JORGE COELHO NOS OLIVAIS

PS VAI LANÇAR PETIÇÃO A FAVOR DO CRÉDITO BONIFICADO

Foi perante os militantes da sua própria Secção que Vasco Franco anunciou a sua intenção de abandonar a vida autárquica. “No final deste mandato arrumarei as botas. O PS precisa de encontrar novos protagonistas”, declarou o vereador da Câmara Municipal de Lisboa no decurso de uma reunião de militantes da Secção dos Olivais em que participavam Jorge Coelho e Miguel Coelho, líder da Concelhia de Lisboa, realizada no âmbito de sessões conjuntas entre as secções e a Concelhia. A prova de que o partido está bem vivo e determinado a não baixar os braços perante a investida das forças da direita, era a meia centena de militantes que, na quente noite de quinta-feira, encheram por completo a sala de reuniões da secção dos Olivais para escutar Jorge Coelho e para darem a sua opinião, fazendo ouvir a sua voz junto dos dirigentes do partido.

No seu registo de *peixe na água* com as bases do PS, Jorge Coelho começou a sua intervenção por fazer a análise da situação política, arrasando por completo os três primeiros meses do Governo de centro-direita. “Passados três meses já há marcas do que é a direita no poder, basta ver como o Governo está a actuar. Faz rigorosamente o contrário do que prometeu e criou condições, com um discurso catastrofista, para que o País tenha entrado em clima de pré-recessão”, afirmou Jorge Coelho, considerando mais adiante que essas “marcas, em todos os sectores, são no sentido de servir os mais poderosos”. Depois de enumerar as trapalhadas da governação da maioria PSD/PP nos domínios da economia, das finanças, da administração pública e dos anunciados despedimentos na função pública, Jorge Coelho mostrou-se convencido que “no final deste processo vai haver mais funcionários públicos”. Sobre o paradigma



das trapalhadas, a polémica e inconstitucional Lei da Televisão, o dirigente socialista desdramatizou a promulgação da lei por Jorge Sampaio: “O Presidente da República exerceu os seus poderes. O PS actuou e pediu a fiscalização sucessiva”. Citando Marcelo Rebelo de Sousa, não deixou porém de dar a sua alfinetada: “Só o patriotismo do PR levou a que promulgasse a Lei da Televisão”.

Para Jorge Coelho, é na área social “que se deve ver com clareza aquilo que nos fizemos e aquilo que eles estão a fazer. Veja-se a Lei de Bases da Segurança Social, o Rendimento de

Inserção Social e a recentíssima Lei do Trabalho à qual a CGTP fez hoje mesmo uma declaração de guerra”. Coelho orgulhou-se dos indicadores de emprego durante os governos do PS e profetizou o aumento do desemprego “não só por causa da recessão, mas também porque os patrões sentem haver ambiente para procederem a despedimentos”.

Não alimentando a ideia de que o Governo “está quase para cair”, para este alto responsável “o PS só pode contar consigo para construir outra alternativa positiva, aprendendo com os erros do passado”. Porque o PS tem que encontrar

novas causas concretas, Jorge Coelho deu um exemplo do que nesse sentido está a ser pensado pelo Secretariado Nacional ao divulgar que está a ser preparada, em conjunto com a Juventude Socialista, uma campanha contra o fim do crédito bonificado aos jovens.

O caminho do PS passa por “lutar por causas concretas e mobilizar a sociedade. O PS deve ter posições claras e afirmativas sobre todas as causas. Não gosto de ver o PS a abster-se. O PS tem que ter posições alternativas e melhores do que as dos outros”, disse Jorge Coelho.

Relativamente à discussão interna que mobiliza o partido sobre a revisão da Declaração de Princípios, Programa e Estatutos, este dirigente não tem dúvidas de que “o partido precisa de se modernizar e renovar, mas com profundo respeito por aqueles que conseguiram manter o partido de pé” colocando-se ao lado “dos que não têm voz, daqueles que precisam ser defendidos, embora o PS seja um partido interclassista”. Sobre esta matéria, e respondendo a um militante sobre a unidade dentro da família socialista, Jorge Coelho afirmou que “o PS tem uma cultura de pluralismo e diversidade de opinião. Não vejo mal nenhum em que haja opiniões divergentes desde que seja para somar, numa lógica de respeito. O PS tem o problema de liderança ultrapassado, e devemos contribuir para que o nosso secretário-geral tenha condições para disputar as próximas eleições. No fundamental há grande unidade à volta de Ferro Rodrigues e não vejo ninguém que, no curto e médio prazo, seja melhor para o partido”.

Na reunião da Secção dos Olivais, saiu também a novidade, pela voz de Miguel Coelho, de que a concelhia de Lisboa se prepara para realizar uma Convenção “toda virada para a cidade”.



FINANÇAS LOCAIS

NARCISO MIRANDA PREOCUPADO COM EVENTUAL SUSPENSÃO DA LEI

O presidente da Câmara Municipal de Matosinhos, Narciso Miranda, manifestou “uma enorme preocupação” devido à eventual suspensão da Lei das Finanças Locais.

Salientando que “não faz sentido aquilo que é proposto em relação à fiscalização”, o autarca socialista frisou ainda que se “está a criar um clima de desconfiança inaceitável”.

Narciso Miranda, que falava na apresentação do Projecto de Reabilitação da Marginal de Leça da Palmeira, frisou que “todos os municípios rejeitam a suspensão da Lei das Finanças Locais” e manifestou plena confiança no Tribunal de Contas, que “deverá continuar a fazer a fiscalização”. “Estas medidas assustam-me porque privilegiam os despesistas e castigam os que fazem boa gestão”, afirmou o autarca, sublinhando que a Câmara de Matosinhos “tem uma grande saúde financeira”.

O PS É UM PARTIDO DE ESQUERDA

HELENA VILAÇA

MILITANTE DO PARTIDO SOCIALISTA – PORTO

Como militante do Partido Socialista, gostaria de manifestar a minha opinião relativamente ao relatório elaborado pela comissão da revisão da Declaração de Princípios (DP). Faço-o por dois motivos. Primeiro, porque, como socialista, me revejo e subscrevo no documento em questão. Segundo, porque não me parecem fundamentadas (nem justas) as leituras que catalogaram a proposta como “uma viagem do PS à direita”.

1. O socialismo democrático – causa em que o PS se reconhece juntamente com a social-democracia e o trabalhismo – identifica-se com a “matriz humanista da modernidade”. A modernidade está em relação directa com os processos sociais, económicos, políticos ou culturais que encontram a sua raiz na afirmação da ciência e da razão, iniciada, entre outras coisas, pela filosofia das Luzes, pela Revolução Francesa, pela Revolução Industrial e consequentes transformações no mundo do trabalho. É nesse contexto histórico que surgem os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade e a consolidação do pensamento humanista, com os quais se identifica o PS. Também nesse período, é questionada a legitimidade do poder, são examinados os fundamentos das ordens social, política e religiosa e é desenvolvido um pensamento crítico em relação à sociedade em geral. Entendo que é dentro dessa herança crítica que, na proposta de revisão da DP, o PS se propõe reflectir, de modo constante, sobre o sistema democrático, considerando para isso indispensável estabelecer o diálogo com “as restantes forças de centro e esquerda”, isto é, com as forças políticas que partilham os mesmos ideais de liberdade, igualdade e solidariedade, valores norteadores do pensamento e da acção socialista. Mas a matriz humanista, para além da crítica racionalista, incorpora uma vertente reformista em função das suas preocupações com a coesão social. Nesse sentido, também me parece legítimo que o PS se predisponha a dialogar com as famílias políticas de orientação reformista, as quais têm a mesma herança político-filosófica que o socialismo democrático e cujas contribuições não devem ser excluídas do debate a realizar no quadro democrático. Esta abertura por parte do PS significa, do meu ponto de vista, ter em conta o “código genético” do socialismo democrático, e assumir uma atitude de esquerda.

2. A solidariedade é entendida como uma componente central do “consciência moral” do PS, em

Uma boa parte dos actuais militantes do Partido Socialista deram prova do seu empenhamento na defesa destes princípios, como lutadores antifascistas, do mesmo modo que muitos dos fundadores transportaram para a família socialista os ideais republicanos. A riqueza do nosso partido é feita de heranças e experiências múltiplas mas de raiz comum, indiscutivelmente de esquerda.

oposição ao assistencialismo e ao paternalismo do “conservadorismo social”, valores típicos da direita. A solidariedade é um valor de esquerda e implica estar do lado das “lutas contra a exploração, contra a opressão, contra os privilégios no acesso aos bens de cultura e do espírito, contra todas as formas de injustiça e discriminação” e da “luta contra a exclusão social, o combate à pobreza e o trabalho em prol da integração de todos”.

Uma boa parte dos actuais militantes do Partido Socialista deram prova do seu empenhamento na defesa destes princípios, como lutadores antifascistas, do mesmo modo que muitos dos fundadores transportaram para a família socialista os ideais republicanos. A riqueza do nosso partido é feita de heranças e experiências múltiplas mas de raiz comum, indiscutivelmente de esquerda.

3. A reflexão sobre os múltiplos cenários da diversidade política e a crescente pluralização da sociedade não se operará apenas através da democracia do sistema político nem por via de uma situação plena de igualdade jurídica. A salvaguarda constitucional da igualdade pode ocultar desigualdades. Por esta razão, é necessária uma ética comunicativa, como lhe chama Habermas, que promova espaços públicos de participação muito mais abrangentes. É nesse sentido que o texto coloca o imperativo “da celebração da diversidade e da diferença, do reconhecimento mútuo e do encontro”. Isto é, igualmente, uma forma de estar e de agir de esquerda porque vê a diversidade como característica intrínseca da democracia, ao invés de gerir a diferença – seja étnica, político-ideológica, religiosa ou de estilo de vida – segundo o princípio de tolerância. É que tolerância está associada à ideia de concessão, de *licença limitada*, o que é uma ideia conservadora e de direita. Ser um partido moderno, cosmopolita e favorável à globalização – procurando vias de contrariar os seus efeitos perversos, geradores de desigualdades e de exclusão social – significa assumir uma posição de vanguarda no espaço da esquerda democrática e defender, de modo radical, o sistema democrático em todas as suas dimensões.

4. Finalmente, o Partido Socialista deve pugnar – como também está explícito no relatório - pelo diálogo e gerir as divergências internas dentro de uma lógica de igualdade na comunicação. As atitudes mutuamente defensivas inviabilizam a pluralidade e constroem a democracia interna. As ideias e os projectos têm de ser discutidos em espaço aberto de “intercompreensão”, tendo presente que as identidades se reforçam na abertura e no diálogo. Comunicar não significa descaracterização ideológica. Pelo contrário, obriga ao aprofundamento permanente da reflexão sobre a nossa identidade (de esquerda).

(RE)AFIRMAR UMA NOVA CULTURA POLÍTICA

PAULO MACHADO

MILITANTE 259888
SECÇÃO DE ALVALADE - LISBOA

Num momento político delicado para a democracia portuguesa, em que não estará em causa a sua viabilidade, mas em que se notam sinais preocupantes relacionados com a sua qualidade, o PS tem a coragem de oferecer aos seus militantes, simpatizantes e a todos quantos se interessam pelo nosso pensamento político, uma renovada Declaração de Princípios. O País não lhe pode ficar indiferente.

Ao contrário das purgas por delicto de opinião a que se assiste na organização de esquerda mais anquilosada do nosso espectro partidário, diferentemente da consagração, em congresso, de um projecto neoliberal que agudiza as tensões e descapitaliza o Estado social, protagonizado pela Direita unanificada (?), o PS propõe renovar-se internamente e assume publicamente uma nova visão de sociedade.

Um e outro objectivos estão indissociavelmente ligados, porque a renovação política da maior força política de esquerda democrática em Portugal criará as condições para a construção de uma sociedade mais plural, mais livre, moderna, exigente, estimulante, que deve apostar tudo o que tem de melhor, todas as suas capacidades, na erradicação dos atavismos nacionais.

É importante que compreendamos que quando os partidos tradicionalmente classificados à esquerda do PS definham em lutas intestinas ou se auto-excluem do arco da governabilidade, a democracia fica mais pobre e o País perde. É importante que compreendamos que quando os partidos à direita do PS readquirem o estatuto de força política que governa, são os ganhos sociais proporcionados pela esquerda que correm o risco de definharem, numa lógica de afrontamento que, como sabemos pelas últimas sondagens, não colhe apoios no eleitorado.

Regressemos à Declaração de Princípios. Nela me revejo enquanto cidadão, socialista e militante.

Ao contrário das purgas por delicto de opinião a que se assiste na organização de esquerda mais anquilosada do nosso espectro partidário, diferentemente da consagração, em congresso, de um projecto neoliberal que agudiza as tensões e descapitaliza o Estado social, protagonizado pela Direita unanificada (?), o PS propõe renovar-se internamente e assume publicamente uma nova visão de sociedade.

Mas porque o PS não deve esquecer a sua história, enfrentando o presente e o futuro enquanto organização política com grandes responsabilidades na sociedade portuguesa, incluindo as de governação, *creio ser indispensável que do texto faça parte o compromisso sereno, mas firme, de contribuir para uma nova cultura política.*

Tal pressupõe reafirmar que os socialistas, na oposição ou com responsabilidades de governação, nas autarquias como no governo nacional, desenvolverão uma acção política sem cedências aos seus princípios, convocando a sua capacidade de auto-regulação, não cedendo a pressões ilegítimas, a jogos de conjuntura, ou a lógicas comprometedoras do seu ideário e da confiança que os seus eleitores (em minoria ou em maioria) no PS depositam.

É necessário que quem entender, em determinado sufrágio democrático, “apostar” no PS, não se sinta defraudado com a nossa acção política, e por causa disso nos inclua no universo dos partidos não confiáveis.

Tal significa que a Declaração de Princípios deve funcionar como compromisso solene, em que fique claro – e não basta que esteja escrito – que os socialistas se reclamam *democratas radicais*, na defesa do regime democrático, que se afirmam de uma *esquerda moderada*, porque rejeitam o saudosismo totalitarista e os arcaísmos políticos mascarados de pós-modernismo, e que protagonizam um *socialismo democrático* que não dispensa a liberdade, a igualdade e a solidariedade como valores para um futuro socialmente mais justo. Para que tudo isto faça sentido, é preciso que seja praticado.

Temos que assumir, com total frontalidade, que a ética das nossas convicções políticas não pode subordinar-se, de um modo absurdo – e quase autista – à ética da responsabilidade, isto é, à ponderação *in extremis* das consequências e efeitos das nossas acções. Poderíamos aludir alguns exemplos, sobretudo da última legislatura, em que tal subordinação radical, agastou uma parte considerável do nosso eleitorado. Como se provou a 17 de Março !

O socialismo democrático para o século XXI não pode deixar de ser uma proposta de verdade e com firmeza para enfrentarmos os desafios da modernidade.



O dirigente socialista Fausto Correia manifestou-se contrário a alterações dos estatutos do partido que ignorem o passado vitorioso com António Guterres.

“É importante que se operem modificações, mas não é preciso fazer uma mudança radical”, sustentou o coordenador da comissão executiva distrital de Coimbra do PS, que apelou a um

DIA DA FEDERAÇÃO DE COIMBRA

FAUSTO CONTRA ALTERAÇÕES RADICAIS DOS ESTATUTOS

amplio debate dos estatutos e da declaração de princípios nas estruturas, das secções às federações, que vão ser votadas no Congresso de Novembro.

Fausto Correia, que falava na Figueira da Foz, numa sessão de trabalho inserida nas comemorações do Dia da Federação de Coimbra, que contou com a presença de Vitalino Canas, afirmou não estar preocupado com a questão da declaração de princípios, afirmando que “o PS, com Ferro Rodrigues, jamais será descaracterizado”.

Um dos temas em debate na sessão de trabalho em que Vitalino Canas apresentou o relatório sobre a revisão dos estatutos a mais de duas

centenas de militantes foi a forma de eleição do secretário-geral, que actualmente é feita por voto directo dos militantes, e que alguns sectores do partido defendem que volte a ser feita em Congresso.

Sobre esta questão, Fausto Correia considerou que “um regresso à eleição em Congresso significaria um retrocesso injustificado, mesmo à luz da comparação com partidos irmãos na Europa”. A redução do número de órgãos dirigentes e das inerências foi outra das matérias em debate. Para Fausto Correia, estas são “duas questões muito delicadas”, já que podem implicar “o afastamento de dezenas de dirigentes que têm contribuído para o engrandecimento do Partido Socialista”.

O Clube da Margem Esquerda, clube de reflexão e debate constituído por militantes do PS, defende eleições primárias para as escolhas dos candidatos do partido aos actos eleitorais autárquicos e legislativos.

Esta é uma alteração aos estatutos proposta pela Margem Esquerda, onde pontificam nomes como Fonseca Ferreira, Strecht Ribeiro e Rui Namorado, entre outros, que se reuniu no sábado, em Lisboa.

No que respeita aos estatutos, além da proposta das primárias, a Margem Esquerda propõe também a reestruturação e emagrecimento dos órgãos nacionais e a dinamização das secções de acção sectorial e de natureza temática. Relativamente à declaração de princípios, este



MARGEM ESQUERDA QUER PRIMÁRIAS NO PS

clube de reflexão e debate encontra “algumas lacunas e fragilidades evidentes” no documento coordenado por Augusto Santos Silva, referindo que “na afirmação dos princípios base está ausente a noção de um partido laico e de um partido republicano”. Os membros da Margem Esquerda consideram também estar “pouco claro que ser de esquerda

é lutar pelos direitos e deveres de todos os cidadãos com particular incidência sobre os mais desfavorecidos e excluídos”.

Este clube de reflexão refere ainda que o documento é “bastante tímido quando confronta os desafios do mundo actual”, bem como não define o papel social do Estado face à globalização nem toma posição sobre o capital.

BRAGANÇA

CONCELHIA QUER OBRAS NA REGIÃO

A Concelhia do PS/Bragança “não compreende” como é que o PSD local vem dizer que com o lançamento do projecto da ponte internacional de Quintanilha, “com financiamento garantido pelo anterior Governo do PS”, a região do Nordeste Transmontano não está esquecida, uma vez que são necessários mais projectos.

Num comunicado, os socialistas bragantinos referem que para que o Executivo de Durão Barroso não seja acusado de votar a região ao esquecimento, “é necessário que o actual Governo faça mais”, nomeadamente, “lance os acessos do IP4 à ponte de Quintanilha; lance definitivamente a ligação do IP2 à autovia das rias baixas em Espanha; promova a duplicação do IP4 até Quintanilha ou o transforme em auto-estrada; crie a Universidade de Bragança, conforme compromisso de honra do actual primeiro-ministro; e promova uma política de discriminação positiva das regiões mais desfavorecidas do interior, nomeadamente na área económica”.



ÉVORA

PS CONTESTA SUBSTITUIÇÃO DO ACTUAL HOSPITAL PÚBLICO POR PRIVADO

O PS/Évora afirma que “é natural que o PSD esteja satisfeito com o anúncio da construção dum hospital privado no distrito para substituir o actual hospital público”.

Para os socialistas eborenses, era preferível que o actual Hospital Público fosse substituído por um novo hospital público construído na base duma parceria entre a Administração Central e a Administração Local, tal como estava programado acontecer desde que a partir de 16 de Dezembro o novo Executivo autárquico de Évora se mostrou aberto a participar neste modelo de solução.

Num comunicado, a Federação do PS/Évora relembra que durante os últimos seis anos, não foi fechada uma única cama no distrito e foram abertas novas unidades de apoio integrado em Estremoz, Mora, Reguengos de Monsaraz e Vendas Novas.

Os socialistas de Évora salientam ainda que “os governos do PS ao tornarem operacional o tão ambicionado Hospital do Patrocínio, ajudaram a melhorar muito a qualidade dos serviços prestados e a criar uma situação sustentável de transição até à construção de um novo hospital, para além das 3500 operações que estavam em atraso e que foram entretanto recuperadas no programa Acesso”.

AUTO-ESTRADA DO SUL

UMA VIA SOCIALISTA

Ainda a tempo das pessoas irem passar as suas férias ao Algarve, tal como prometera, no Verão passado, António Guterres, e contra todos os pessimismos, a auto-estrada do Sul (A2) abre hoje ao tráfego.

Ao final da tarde, os 62 quilómetros do troço final da A2 será transitável, mas não haverá inauguração devido ao acidente que, ontem, vitimou um trabalhador e feriu outros 11.

Finalmente, graças ao fortíssimo impulso dos governos socialistas, poder-se-á ir do Minho ao Algarve sempre por auto-estrada. Quem decidir atravessar o País de Norte a Sul, precisa agora de cerca de cinco horas e meia de percurso, sem transgressões nem paragens. Ao todo, depois da conclusão do troço entre Castro Verde/Ourique e a Via do Infante, Portugal passa a dispor de 642,5 quilómetros de auto-estrada. Trata-se de uma meta emblemática da história do plano rodoviário nacional.

Para que tudo isto fosse realidade foi necessária vontade política e coragem para ultrapassar muitos obstáculos.

O grande impulso à ligação rodoviária ao Sul deu-se na década de 90, essencialmente nos

períodos de governação do Partido Socialista. Até à tomada de posse do Executivo do PS, em 1995, tinham sido construídos apenas 48,8 quilómetros desta auto-estrada.

Nos dois primeiros anos de administração socialista foram finalizados mais 66 quilómetros desde a Marateca a Alcácer do Sal (troço que abriu ao tráfego em 1997) e depois até Grândola Sul, um troço inaugurado em 1998.

Ainda no mesmo ano, entrou ao serviço a A12, entre a Ponte Vasco da Gama (cerca de 20 quilómetros), constituindo-se, deste modo, uma alternativa de ligação à A2.

Em Julho de 2001, procedeu-se à abertura de mais 57,8 quilómetros da auto-estrada para o Sul, com os lanços Grândola Sul/Aljustrel (31,3 quilómetros) e Aljustrel/Castro Verde, num percurso de 26,5 quilómetros.

Hoje, a A2 abre ao tráfego até ao Algarve, após a conclusão dos lanços Castro Verde/Almodôvar/São Bartolomeu de Messines/Via do Infante, num total de 62 quilómetros.

Espera-se que esta infra-estrutura rodoviária e o grande investimento a ela associado tenha um impacto significativo e positivo no desenvolvimento do turismo algarvio, uma vez que se prevê um aumento do tempo de permanência e frequência de visita, bem como um crescimento no número de turistas na época baixa.

A expectativas associadas à finalização da A2 prendem-se, de igual modo, com o esforço de combate à sinistralidade rodoviária.

Com a nova acessibilidade, a perigosa ligação feita pelo Itinerário Principal n.º 1 (IP1), palco

de numerosos e mortais acidentes, será tendencialmente preterida.

Acabam assim as angústias, sobretudo nos meses de Verão, de quem queria fazer a viagem entre a metrópole e o Algarve e desesperava por “fugir” das “armadilhas” das estradas nacionais e da acumulação de tráfego na Serra do Caldeirão.

Mas, como sempre acontece em matéria de obras públicas, o curso das intervenções necessárias nem sempre foi consensual – como é, actualmente, a vontade de apadrinhar a obra –, registando-se alguns atrasos.

O troço Alcácer do Sal/Grândola do Sul levantou problemas devido à travessia do Vale do Sado, o que implicou uma espera de dois anos para a aprovação do traçado.

Por outro lado, uma vez que o traçado atravessava a zona da Rede Natura 2000, e demonstrada que foi a preocupação socialista pelas questões ambientais, foi preciso introduzir alterações no percurso, nomeadamente na área da Serra do Caldeirão. Entre Grândola Sul e Castro Verde, a passagem da via entre duas povoações levou a Brisa (empresa responsável pela construção da A2) a refazer parte do traçado, tomando-se um conjunto de medidas governativas de minimização e compensação dos impactos ambientais.

Goradas todas as profecias pessimistas e volvidos 36 anos desde a abertura de acessos à ponte 25 de Abril, em 1966, a A2 está finalmente concluída.

Somados os valores dos diversos troços

construídos em mais de três décadas, pode dizer-se que a auto-estrada do Sul representa um investimento da ordem dos 787.374.506 euros, ou seja, perto de 158 milhões de contos (inflação não ponderada).

O troço aberto hoje custou 375 milhões de euros (cerca de 75 milhões de contos) e as chamadas obras de arte especiais (viadutos e pontes) representam 55 por cento do orçamento total. Findo um longo e complexo processo de realização, os socialistas podem dizer, mais uma vez, que cumpriram prazos e promessas também na auto-estrada da Beira Interior, cujo último troço foi inaugurado na passada sexta-feira.

Agora coloca-se ao Governo da maioria de direita o desafio de dar solução adequada à questão das portagens e da via Sem Custos para o Utilizador (SCUT).

O ministro Valente de Oliveira já anunciou a intenção de rever o sistema de portagens virtuais ou SCUT, mas o secretário de Estado das Obras Públicas, para não fugir à tradição do Executivo PSD/PP, recuou, reconhecendo que as contas ainda não estão feitas.

Entretanto, o presidente do PS/Algarve exortou Durão Barroso a aproveitar a cerimónia de conclusão da A2 para assumir que não vai fixar portagens na Via do Infante.

“Desafiamos o Governo e o primeiro-ministro para que se comprometa publicamente na isenção de portagens em todo o traçado da Via do Infante”, defende José Apolinário em comunicado.

MARY RODRIGUES



JOÃO CRAVINHO

SCUT'S SÃO TRAVE-MESTRA DO DESENVOLVIMENTO SOLIDÁRIO

Polítiques e défice estratégico na área das infra-estruturas do território são duas das mais gritantes falhas apontadas por João Cravinho à política governamental para o sector das obras públicas. Em entrevista ao "Acção Socialista", na véspera da abertura em toda a sua extensão da A2, o ex-ministro do Equipamento denuncia a ausência de novidades no propagandeado "pacote de obras públicas", fala da importância do TGV, considera um mau negócio para as finanças públicas o fim das SCUT's e explica porque é que a desistência da construção do novo aeroporto da Ota é mais uma "enorme trapalhada" da maioria de direita.

A abertura próxima da A2 é a prova de que o PS, ao contrário do que dizem os partidos da actual maioria, não fez obra de papel. Como encara esta crítica recorrente face à inauguração desta emblemática rodovia?

A crítica foi sempre infundada e gratuita. Os governos PS deram uma enorme volta qualitativa e quantitativa à política rodoviária. Referindo-me apenas às auto-estradas, fizemos, pela primeira vez, um Plano Nacional de Auto-Estradas, abrangendo tanto o interior como o litoral. Em 12 anos, passaremos de menos de 1000 km para cerca de 3000 km de auto-estrada. Em 1995 estavam em serviço 970 km. Entre 96 e 99 construíram-se 528 Km, mais que na legislatura anterior, e lançaram-se 14 concursos internacionais com um total de 1430 km, para além de se ter negociado a expansão final da rede da Brisa.

Recorde-se neste último caso que em 1995 a concessão da Brisa terminava em Braga, a norte, em Grândola, a sul, e em Montemor, a leste. Nos 10 anos de Governo de Cavaco Silva só se construíram 18 km da auto-estrada do Algarve.

Na generalidade dos casos, uma grande obra pública tem, pelo menos, quatro anos na fase do papel (anteprojecto, projecto, concurso público, estudos de impacto ambiental, etc.). O ritmo médio de construção nos Governos de Cavaco Silva foi de 70 km/ano e de 120 km/ano nos seis anos dos nossos governos. Nos próximos 4 anos será da ordem dos 180 km/ano. Abençoados "projectos no papel" que o primeiro Governo do PS lançou. Só nos primeiros cinco meses deste Governo terão sido inaugurados seis ou sete importantes troços de auto-estrada correspondentes a quase



outros tantos "projectos de papel".

O que há de verdadeiramente novo no pacote de obras públicas anunciado pelo Governo que não transite dos anteriores?

Verdadeiramente, novidade é a ideia de lançar pacotinhos, ou embrulhos, a partir de obras já projectadas pelo anterior Governo, como se fossem coisas novas. Bastaria uma das 14 concessões rodoviárias que lançámos, a AENOR (auto-estradas do Norte) para atingir o mesmo volume de investimento. Praticamente, apenas será nova a ligação do metro Expo-Aeroporto, aparte uma ou outra minudência. Na realidade sabe-se que em 2002 haverá cortes de investimento consideráveis (nomeadamente, rodoviários da ordem dos 80 milhões de euros) e em 2003 cortes do PIDDAC do Ministério da ordem dos 15 por cento.

Como comenta o facto de o Governo pretender acabar com as SCUTs, e quais as implicações que essa decisão poderá ter nas regiões do interior?

As SCUT's foram criadas para resolver o problema da acessibilidade rodoviária de vastas zonas das Beiras, Trás-os-Montes, Alto Minho e Barlavento Algarvio que de outro modo só teriam serviço de auto-estrada com atrasos entre 10 a 20 anos. São uma trave-mestra da política de desenvolvimento solidário de todo o território nacional, em substituição da anterior política do PSD de apoiar apenas o desenvolvimento do

litoral. As SCUT's dão origem a um retorno fiscal bem superior ao seu custo para o orçamento, sendo assim um excelente negócio para as Finanças Públicas. A inexistência de portagens justifica-se enquanto as regiões em causa necessitarem de uma ajuda nacional a favor do seu desenvolvimento, ou não for possível construir vias alternativas sem portagens. A imposição de portagens custará centenas de milhões de contos em novos investimentos e em indemnizações compensatórias para os concessionários.

A opção do actual Governo de alargar as instalações da Portela em vez de construir o aeroporto da Ota não será mais uma trapalhada deste Governo?

Enorme trapalhada, como se perceberá no fim desta década. A Portela não tem condições para a implantação de um aeroporto típico do século XXI. Na realidade, o que o Governo se propõe é arrasar por fases o actual aeroporto e construir um novo aeroporto na Portela, fazendo grandes obras em simultâneo com a exploração do tráfego aeroportuário. Teremos um pandemónio, para além de se gastar não menos de 200 milhões de contos em obras consideradas provisórias e sem condições favoráveis de funcionamento. Gastar-se-á na Portela o dobro do que cabe ao sector público na construção da Ota. O disparate é total. É financeiro, operacional e de segurança. Já alguém pensou no que seria um desastre sobre a cidade de Lisboa? Há muito que o aeroporto deveria ter

saído da Portela.

No interesse do País, o TGV devia avançar já. Porque conhece bem o dossier, qual seria, em seu entender, o melhor percurso? Quais os custos políticos e económicos no adiamento da decisão?

Creio firmemente que a primeira prioridade é ligar Lisboa e Porto. A seguir ligar ambas as áreas a Madrid por uma via comum, em T. O TGV é o elemento essencial de articulação de uma grande aglomeração metropolitana polinucleada abrangendo simultaneamente Lisboa e o Porto e colocando sete milhões de portugueses à distância-tempo máxima inferior a 2 horas tanto de Lisboa como do Porto. Só assim poderemos ter na faixa atlântica uma nova centralidade com significado europeu. Este objectivo é absolutamente essencial para assegurar o desenvolvimento de Portugal numa Europa policêntrica.

Qual o balanço que faz dos três meses de actividades do actual Ministério das Obras Públicas, Transportes e Habitação?

Muita suspensão de novos projectos por razões políticas e falta de sentido estratégico da política de infra-estruturas do território; algumas boas intenções para melhorar a qualidade das obras mas que, penso, não passarão disso mesmo por imposição dos lobbies do costume. Este é um Governo de partidos que nunca mostraram qualquer zelo na defesa do interesse nacional contra os diversos lobbies e interesses privados.

O que quer dizer com a sua afirmação publicada no "Expresso" de que o planeamento nacional e regional se perdeu por completo na reformulação das competências ministeriais deste Governo?

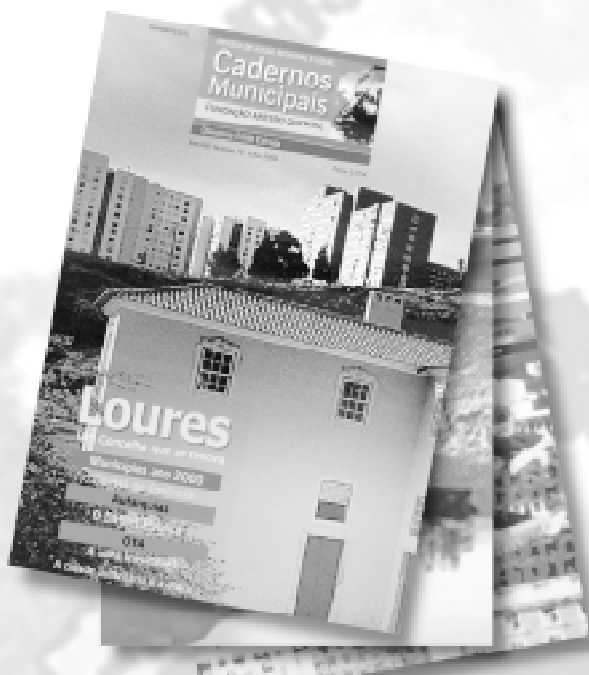
A função "planeamento" não existe sequer a nível governamental. Não havendo ninguém politicamente responsável, dirão que são todos. É a melhor forma de não ser ninguém.

Ao nível dos transportes ferroviários quais foram os investimentos feitos pelo PS nos anos da sua governação e quais os trabalhos que estão em curso e cujos projectos remontam ao anterior Governo?

No sector ferroviário, incluindo o metropolitano, o investimento médio anual em 1992/95 foi de 107 milhões de contos e de 187 milhões em 1996/99. Isto é, o primeiro Governo PS aumentou o investimento ferroviário em mais 78 por cento. Os projectos ferroviários têm um processo de elaboração e aprovação extremamente complexo e pesado. Todas as grandes melhorias previstas para esta legislatura têm a marca PS. Desde a chegada do pendular a Faro (reduzindo o percurso para 3 horas), à modernização da linha do Norte depois de reformulado o desastre que o último Governo Cavaco Silva nos impôs, e da linha da Beira Baixa até à conclusão da modernização dos suburbanos de Lisboa e Porto.

REVISTA DE ACÇÃO REGIONAL E LOCAL


Cadernos Municipais



Nova edição de Julho já à venda

FUNDAÇÃO ANTERO QUINTAL

JW. DAS DISCOBERTAS 17 - BRESTEIRO - 1400-091 LISBOA - T 213013534 F 213015857



LEI DE ESTABILIDADE ORÇAMENTAL

PS ABSTÉM-SE NA VOTAÇÃO



O PS absteve-se na votação da proposta de Lei de Estabilidade Orçamental, que foi aprovada com os votos favoráveis da maioria de direita e contra do PCP e Bloco de Esquerda.

Com a abstenção, o PS acabou por assumir uma posição determinante para a manutenção do País no espaço da UEM.

O PS viu acolhida favoravelmente a proposta que apresentou de criação de um Conselho de Coordenação Financeira do Sector Público Administrativo, com natureza consultiva junto das Finanças, que tem por objectivo central assegurar a coordenação mútua da actividade financeira central, regional e local do Estado.

O sentido de voto do PS tinha sido anunciado no dia anterior à votação por Ferro Rodrigues numa conferência de Imprensa no final de uma reunião

do Secretariado Nacional do PS, em que participaram excepcionalmente a direcção do Grupo Parlamentar e os membros da Comissão de Economia, Finanças e Poder Local da Assembleia da República.

Na ocasião, Ferro Rodrigues, que se encontrava acompanhado por Joel Hasse Ferreira e Eduardo Cabrita, anunciou que o PS ia abster-se na votação na generalidade como prova da "vontade de trabalhar em conjunto".

E revelou que o PS tinha apresentado nesse dia uma série de "propostas construtivas" na Comissão de Economia e Finanças da AR, visando, nomeadamente, que a Lei de Estabilidade Orçamental cumprisse todos os imperativos constitucionais e não tratasse da mesma forma questões diferenciadas nos planos social e local.

GALAMBA QUESTIONA GOVERNO SOBRE EXTINÇÃO DE ORGANISMOS PÚBLICOS

O PS afirma que o Governo falhou na promessa de fundir, extinguir ou reestruturar um conjunto de institutos e organismos públicos no prazo de 45 dias, tal como ficou estipulado no Orçamento Rectificativo para 2002.

Atento aos prazos, o deputado socialista António Galamba enviou um conjunto de requerimentos ao Governo, para ministério a ministério questionar o que foi feito em relação à extinção e reestruturação dos institutos e organismos públicos.

O signatário do documento lembra que ainda nada foi feito, nem publicado em "Diário da República" mas faz questão de perguntar ao Executivo para quando é que pretende levar a cabo as alterações anunciadas.

António Galamba apresentou outro requerimento na Assembleia da República sobre a eventual ausência de disponibilidade orçamental das Comissões de Coordenação Regionais (CCR's) para suportar a bonificação dos juros dos empréstimos municipais relacionados com as obras para a organização do Euro 2004.

No documento o deputado socialista questiona os ministros Adjunto do primeiro-ministro e o das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente se confirmam as afirmações da presidente da Câmara Municipal de Leiria, de que a CCR Centro não dispõe de "plafond" financeiro para suportar a bonificação dos juros dos empréstimos destinados à concretização de investimentos para o Euro 2004 comparticipados parcialmente pelo Estado.

O signatário do documento quer ainda saber se a ruptura financeira abrange as outras CCR's, nomeadamente a do Norte, a de CCR Lisboa e Vale do Tejo e a CCR Algarve e, ainda, se existe ou não, disponibilidade orçamental para a comparticipação do Estado na bonificação dos empréstimos.

GUARDA

CONGELAMENTO DAS VERBAS DO PIDDAC 2002 DA ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO

Os deputados socialistas Pina Moura e Fernando Cabral entregaram na Mesa da Assembleia da República um requerimento ao Governo relacionado com a Escola Superior de Educação da Guarda (ESEG).

Os subscritores do documento pedem esclarecimentos ao ministro da Ciência e do Ensino Superior sobre o alegado congelamento de 99760 euros destinados à ESEG.

Os signatários questionam o Executivo sobre as razões que levaram ao congelamento da totalidade da verba do PIDDAC 2002 da Escola Superior de Educação, uma vez que estas se destinavam à construção de novas salas de aulas e de um auditório com respectivos apoios. A outra questão levantada pelos deputados socialistas tem a ver com a disponibilidade do Executivo para rever a situação, levando a que, pelo menos, a curto prazo se construam as salas de aulas para o funcionamento da escola.

Pina Moura e Fernando Cabral entregaram um segundo requerimento na Assembleia da República sobre o funcionamento de novos cursos, na Escola Superior de Educação, já programados no Plano de Desenvolvimento 2000/2006.



Os deputados querem saber da disponibilidade, ou não, do Governo em criar as licenciaturas em Animação Sociocultural, em Educação para

os Media e em Educação Ambiental, tal como foi proposto pela direcção da ESEG. Os mesmos parlamentares entregaram também

ao Governo um requerimento relacionado com o acordo assinado entre a Câmara Municipal da Guarda e o Ministério da Justiça para a construção do edifício da Polícia Judiciária na sede do distrito.

No documento, os deputados questionam a ministra da Justiça sobre o ponto de situação em que se encontra o processo de construção do novo edifício, uma vez que a autarquia já cedeu o terreno tal como se tinha comprometido no protocolo assinado entre as duas entidades. Os novos cursos na Escola Superior de Turismo e Telecomunicações em Seia,.

estiveram também na mira dos dois deputados eleitos pelo círculo da Guarda, Fernando Cabral e Pina Moura, num requerimento, pedem esclarecimentos ao ministro da Ciência e do Ensino Superior sobre se pretende aprovar ou não o curso de engenharia de Telecomunicações da Escola Superior de Turismo e Telecomunicações de Seia e se a resposta for positiva para quando é que se prevê a sua abertura.

Se a resposta do Executivo for negativa é importante que este esclareça de "uma forma clara" os fundamentos que levaram a tal decisão.

AVEIRO

SOCIALISTAS PEDEM EXPLICAÇÕES SOBRE O IC1

Os deputados socialistas eleitos pelo distrito de Aveiro João Cravinho, Maria de Belém, Rosa Albernaz, Antero Gaspar e Afonso Candal, entregaram na Assembleia da República um requerimento a pedir esclarecimentos ao Governo sobre o traçado do IC1.

Os signatários do documento recordam que na anterior legislatura, os deputados Marques Mendes e Paulo Portas, hoje membros do Governo, manifestaram-se em defesa do chamado traçado poente no referido troço da Auto-Estrada, tendo repetidas vezes tomado o firme compromisso eleitoral da aprovação desse traçado por parte de um seu Governo resultante das últimas eleições.

Os signatários do documento requerem aos ministros dos Assuntos Parlamentares e das Obras Públicas e Transportes, a confirmação da escolha do traçado poente do IC1 entre Angega e Maceda bem como a indicação da data previsível do início das respectivas obras.

PORTO

EXCLUSÃO SOCIAL

A deputada socialista Paula Cristina Duarte apresentou na mesa da Assembleia da República um requerimento dirigido ao Governo sobre o protocolo assinado entre o Ministério da Saúde e a Câmara Municipal do Porto relativo ao plano de arrumadores da cidade.

No documento apresentado, a deputada socialista pergunta ao ministro da Saúde, se o protocolo em questão foi feito exclusivamente para a cidade do Porto, e em caso afirmativo se a tutela entende que esta problemática se resolve com uma intervenção direccionada para a área geográfica de um único município.

A signatária do requerimento quer ainda saber se existe disponibilidade por parte do Executivo para analisar esta problemática com outras autarquias e instituições.

VILA REAL

EXPROPRIAÇÕES DO IP3

O deputado Ascenso Simões apresentou na Assembleia da República um pedido de esclarecimentos ao Governo, sobre o pagamento das indemnizações aos proprietários dos terrenos e outros bens necessários à construção do IP3.

Ascenso Simões quer que o Governo promova uma fiscalização permanente junto da frente de obra que existe em Tojais, freguesia de Moucos.

Após uma visita ao local, o deputado verificou que existem residências que registam alguns desequilíbrios estruturais provocados pela utilização de explosivos e ainda que a construtora responsável pela obra, usa todos os caminhos e acessos sem cuidar da sua manutenção e recuperação.

Na solicitação enviada ao Executivo é ainda requerido um acompanhamento mais permanente de todas as obras em curso e ainda que se definam as calendarizações das indemnizações e as compensações devidas.

ALGARVE

PS PREOCUPADO COM ACTIVIDADE TURÍSTICA

Segundo a informação mensal da Associação dos Hotéis e Empreendimentos Turísticos do Algarve, relativa ao ponto de situação da actividade turística no Algarve em Junho de 2002, registou-se uma taxa de ocupação bastante inferior à verificada no ano anterior.

Confrontado com estes dados, o deputado socialista José Apolinário apresentou na Assembleia da República um requerimento dirigido ao Governo relativo a medidas de urgência na área do turismo. O signatário do documento quer saber para quando é que o Governo prevê ter definido o modelo a que se propôs para a promoção turística.

José Apolinário pergunta ainda ao Executivo se está ou não a preparar com o sector empresarial e associativo, as regiões de turismo e outras entidades do sector acções de promoção turística do turismo interno e de reforço da acção promocional junto dos mercados emissores no exterior.

EMA GUERRA

APOSTAR NA FORMAÇÃO AUTÁRQUICA

EMA GUERRA, a militante desta semana no "Acção Socialista", diz que se inscreveu em 1993 no PS na Secção do Machico para poder dar o seu contributo de uma forma mais activa na defesa dos nossos ideais e no combate à "prepotência" de Alberto João Jardim. Autarca na Junta de Freguesia de Marvila, em Lisboa, uma actividade que lhe dá "um enorme prazer", esta camarada defende que o partido devia dar "mais formação e apoio logístico aos militantes que vão para as autarquias".

Vogal com o pelouro do Ambiente, Espaços Verdes e Passeios, Ema Guerra não esconde a sua enorme paixão pela actividade de autarca. "Dá-me um enorme prazer estar perto da população, ouvir os seus anseios e reclamações, e poder contribuir com a minha acção para a resolução dos problemas", refere, acrescentando que "as juntas de freguesia deviam ter mais poderes e maior autonomia financeira".

Quanto às qualidades que deve ter um autarca, esta camarada considera que "tem de ter grande disponibilidade e capacidade de trabalho, empenho e dedicação à causa pública, boa formação académica, ser honesto, e falar uma linguagem que a população entenda".

Reformada da TAP, empresa onde trabalhou durante 30 anos, Ema Guerra entrou para o nosso partido em 1993 pela mão de Emanuel Jardim Fernandes e Mota Torres, por considerar, depois de uma grande reflexão, que a disciplina partidária não era incompatível com a liberdade individual que muito preza.

Para além disso, adianta, a sua inscrição na Secção de Machico constituiu uma oportunidade para, em conjunto com os camaradas desta estrutura e com o "carismático" padre Martins Júnior, "poder desafiar e combater a prepotência de Alberto João Jardim".

Militante empenhada, Ema Guerra segue com particular atenção a vida político-partidária, não escondendo a sua admiração por Ferro Rodrigues. "Não me lembro de ter visto uma dinâmica tão grande dos militantes como na última campanha para as legislativas. Ferro Rodrigues conseguiu, num momento particularmente difícil, ser um elo de coesão de toda a família socialista. A maneira séria e simples como se apresentou na campanha junto das populações foi extraordinária, e estou convencida que se a campanha durasse mais uma semana, Ferro Rodrigues teria levado o PS à vitória", afirma.

Num balanço aos seis anos de governação



PREFERÊNCIAS

Político nacional
Mário Soares

Político estrangeiro
Mikhail Gorbachov

Acontecimento nacional
25 de Abril

Acontecimento internacional
Queda do Muro de Berlim

Livro
"Vinte poemas de amor e uma canção desesperada"

Autor
Pablo Neruda

Filme
"As palavras que nunca te direi"

Compositor
Andrew Lloyd Weber

socialista, destaca a implementação do Rendimento Mínimo Garantido, "uma medida fundamental de combate à pobreza e de inclusão social", bem como um conjunto de políticas sociais inovadoras. Ema Guerra lamenta no entanto que a reforma fiscal não tivesse avançado, que não se tivesse dado uma especial atenção à situação dos imigrantes do PALOP nascidos no pós-25 de Abril e ainda que o Governo do PS, apesar de ter instituído as pensões de sangue para as viúvas dos deficientes das Forças Armadas, não tivesse feito mais nesta matéria.

Relativamente à vida interna do PS, Ema Guerra gostava que as secções "fossem mais dinamizadas, com mais eventos que mobilizassem os militantes para a acção política".

Por outro lado, esta camarada defende a limitação de mandatos de cargos políticos e da direcção do PS, de forma a que haja um rejuvenescimento dos quadros e das cúpulas dirigentes.

Salientando que os políticos devem ir para o terreno, defende ainda que os dirigentes e os autarcas do PS deviam incrementar o seu contacto com as populações, porque, por vezes, "os eleitores não votam nos partidos, mas sim em pessoas".

Quanto ao Congresso de Novembro, Ema Guerra é de opinião que esta é "uma grande oportunidade" para que o partido "saia mais revitalizado, forte e coeso".

J. C. CASTELO BRANCO





As consequências dos futuros alargamentos da União Europeia vão fazer-se sentir nas próximas perspectivas financeiras e na política de coesão. Mas nem mesmo assim os Estados-membros parecem dar sinais de querer aumentar o orçamento da União Europeia, cujos recursos financeiros são demasiado modestos para que as ambições europeias possam ser cabalmente satisfeitas. Quem o afirma em entrevista ao "Acção Socialista" é o eurodeputado Paulo Casaca, membro da Comissão do Orçamento do Parlamento Europeu.

As verbas consignadas nas actuais perspectivas financeiras da UE, de acordo com posições diversas que têm sido assumidas, dão a impressão de ficar muito aquém dos objectivos políticos que a União se propõe atingir nos vários domínios da sua

actuação? É assim?

A Agenda 2000, quer na sua versão original quer na versão aprovada em Berlim, optou por um pacote financeiro pouco ambicioso, mas que esteve de acordo com a lógica de contenção orçamental prevalecente.

A modéstia dos recursos orçamentais condiciona naturalmente o cumprimento cabal das ambições europeias, reduzindo os meios necessários a uma política de coesão europeia mais significativa e restringindo a possibilidade de iniciativas, mesmo quando elas são mais necessárias, e até financeiramente rentáveis para os Estados-membros, como é o caso das alfândegas, fiscalidade e fraude.

As dotações previstas satisfazem as necessidades decorrentes dos alargamentos próximos, indo não só ao encontro das

PAULO CASACA AO «ACÇÃO SOCIALISTA»

UNIÃO TERÁ MAIS MEMBROS E MUITO MENOS DINHEIRO

expectativas dos países candidatos, mas também dos restantes Estados-membros, particularmente dos países da coesão?

A Agenda 2000 alinhou a política de coesão para os países candidatos a um nível de ambição consideravelmente inferior ao que tinha feito o seu antecessor, o pacote Delors-2, aprovado em Edimburgo, e inferior também, inclusivamente, ao consignado para os actuais Estados-membros.

Para além disso, a equação fundamental da Agenda-2000 era a de defender a continuação de duas PAC, uma para os actuais Estados-membros, com ajudas directas, e outra para os futuros, sem ajudas directas, e com algumas ajudas ao desenvolvimento rural.

Como se calcula que as ajudas directas aos agricultores representam agora mais de 80% do orçamento da PAC, isso conduziria a uma solução "barata" e exequível do ponto de vista contabilístico, mas inaceitável e discriminatória do ponto de vista dos princípios.

É essa decisão inaceitável que está na base dos actuais problemas financeiros com que se depara o alargamento.

Dado que o actual calendário para o alargamento aponta para datas posteriores às que tinham sido pensadas anteriormente, as suas consequências na política de coesão vão fazer-se sentir, essencialmente, nas próximas perspectivas financeiras, que estão ainda por discutir.

A atribuição do orçamento para a PAC é sempre alvo de muitas críticas e ao mesmo tempo de muitas resistências para que tudo se mantenha mais ou menos na mesma? Quais poderiam ser as consequências de desviar uma parte substancial do orçamento da PAC para as outras políticas da União?

As actuais propostas do comissário Fischler que vão no sentido de assegurar uma melhor repartição das verbas da PAC entre pequenos e grandes agricultores, regiões mais favorecidas e regiões menos favorecidas, Estados mais ricos e menos ricos, ao mesmo tempo que impõe uma condicionalidade ambiental mais forte e mais meios para uma política de desenvolvimento rural, vão no sentido que sempre defendemos. É claro que quando vemos o absurdo de o país que mais poderia ganhar com este esquema, Portugal, tornar-se no principal adversário da mudança e cego apóstolo de que tudo fique na mesma, damos conta das dificuldades de a proposta do comissário poder vir a ser bem sucedida.

Existem alguns sinais de vontade dos Estados-membros em aumentar, directa ou indirectamente, a transferência de recursos para o orçamento comunitário?

Não me parece que eles possam sequer vir a existir se não for a Comissão Europeia a impulsionar essa ambição, e isso não foi feito até agora.

JOSÉ APOLINÁRIO

GOVERNO DEVE DEFENDER AQUILO QUE PS CONSEGUIU PARA AS PESCAS

A manutenção dos apoios para a modernização e renovação da frota e da zona de acesso das 12 milhas para os pescadores portugueses, são duas das questões defendidas pelo coordenador das pescas do PS na Assembleia da República, José Apolinário, a propósito da vinda a Portugal de uma representante da Comissão Europeia responsável pelas pescas, para um encontro com representantes de várias organizações do sector. O representante da Comissão Europeia veio discutir com os representantes das organizações portuguesas ligadas à pesca as propostas para o fim dos apoios à renovação da frota, mesmo que a título individual os empresários possam realizar investimentos em

novas embarcações, desde que não ultrapassem os 403.246 quilowatts.

Quanto à modernização e renovação da frota, o deputado socialista defende que o Governo tem todas as condições, designadamente o apoio da Assembleia da República e do sector, para manter as ajudas até 2006, negociadas pelo Governo do PS.

Por outro lado, afirma, na sequência também do trabalho feito pelos governos socialistas, o actual Governo deve bater-se pela manutenção da zona de acesso de 12 milhas para os pescadores nacionais, a qual devia ser alargada para 50 milhas no caso das regiões ultraperiféricas dos Açores e da Madeira.



José Apolinário chama ainda a atenção para o facto de a posição correcta que o Governo deve assumir perante a reforma das pescas é a de

reconhecer a existência de problemas de recursos em algumas zonas de águas comunitárias.

LUÍS MARINHO

“CONGRESSO EUROPEU É PERFEITAMENTE EXEQUÍVEL”

A proposta de criação de um Congresso Europeu, recentemente apresentada pelo presidente da Convenção sobre o futuro da Europa, Giscard d'Estaing, é acolhida de forma positiva e considerada exequível pelo eurodeputado socialista Luís Marinho, representante do Parlamento Europeu na Convenção.

“Estou de acordo, desde que seja um órgão que reúna uma vez por ano para tomar posição sobre actos relevantes da vida europeia, como a eleição do presidente da Comissão e a ratificação do colégio de comissários. Poderia também pronunciar-se sobre os grandes desafios da União, sobre a revisão dos tratados e interrogar as instituições”, disse Luís Marinho, que rejeita categoricamente a criação de um senado, que “apenas serviria para disfarçar as desigualdades entre Estados-membros”.

Na sua opinião, um Congresso Europeu, que assentaria na dupla legitimidade dos eleitos nacionais e nos do Parlamento Europeu e teria uma composição paritária, é perfeitamente exequível. “Nem o PE nem os parlamentos nacionais têm medo deste órgão, que seria uma

espécie de evolução em grandeza da COSAC. Não retiraria competências a ninguém e daria maior legitimidade às decisões” disse.

Quatro novos grupos na Convenção Europeia

Quatro novos grupos de trabalho foram criados na Convenção sobre o Futuro da Europa, juntando-se assim aos seis já existentes. A decisão foi tomada na última reunião da Convenção, cujos trabalhos foram dedicados à acção externa da União Europeia e à segurança e defesa.

Nesta segunda vaga de grupos de trabalho, os quatro novos domínios que irão ser tema de discussão para os 105 representantes dos quinze Estados-membros e instituições europeias são “espaço de liberdade, segurança e justiça”, “simplificação dos processos legislativos”, “política externa” e “política de defesa”.

Na reunião foram também anunciados os prazos para a conclusão dos primeiros relatórios dos trabalhos em curso. Assim, antes da sessão



plenária de 3 e 4 de Outubro, deverá ser entregue o relatório do grupo “subsidiariedade” e, em meados de Outubro, os dos grupos “personalidade jurídica da União” e “inserção da Carta dos Direitos Fundamentais no Tratado”, este presidido pelo comissário António Vítorino.

Depois de concluídos os trabalhos em curso, voltarão a constituir-se novos grupos, entre Novembro e Dezembro, e debruçar-se-ão sobre temas de natureza institucional. Será também criado o grupo de trabalho “as grandes missões da União”.

SOCIALISTAS DISCUTEM TEMAS DA CIMEIRA DE JOANESBURGO

A realização da cimeira dedicada ao desenvolvimento sustentado, que decorre entre 2 e 4 de Setembro em Joanesburgo, e em que a Internacional Socialista estará presente na qualidade de Organização Não Governamental, foi o principal tema em discussão da reunião da Comissão de Relações Internacionais do PS. Maria João Rodrigues, ex-ministra do Emprego, que estará presente na Cimeira em representação de António Guterres, presidente da Internacional Socialista, e a deputada Maria Santos, que acompanha este dossier na Assembleia da República, fizeram as intervenções iniciais.

Entre os temas que estarão em debate pelos chefes de Estado e de Governo de todo o mundo, destaque para a erradicação da pobreza, a mudança dos padrões de produção e consumo, protecção dos recursos naturais, desenvolvimento social, regulação da globalização, paz, conflitos armados respeito pela diversidade cultural, a doença, com particular relevo para a sida, tuberculose e

malária, crime organizado e terrorismo.

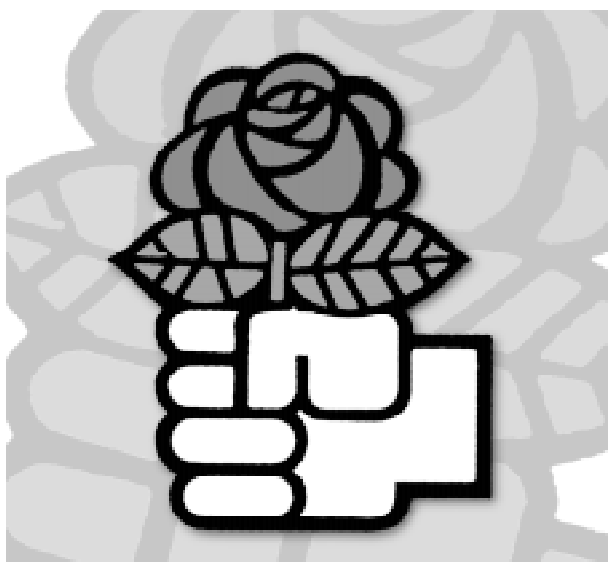
Maria João Rodrigues fez uma exposição sobre a importância dos temas que estarão em discussão, salientando também algumas das dificuldades que tem havido na obtenção de consensos quanto à forma cumprir algumas das metas estabelecidas.

Maria Santos, por sua vez, sublinhou que a discussão realizada na Assembleia da República se fica a dever à insistência do Partido Socialista, que propôs audições parlamentares para discutir o tema e saber quais as posições do Governo português.

Na reunião foram ainda abordados diversos temas da agenda internacional, como Angola, relações com partidos irmãos e os trabalhos da Convenção sobre o Futuro da Europa.

Lamego em Luanda

O coordenador do departamento de relações internacionais do PS, José Lamego deslocou-se esta semana a Luanda, em representação



de António Guterres, para uma reunião do Comité África da Internacional Socialista. O objectivo desta deslocação é efectuar encontros com todos os partidos e avaliar o processo de paz.

O tema em discussão na próxima reunião da Comissão de Relações Internacionais do PS, marcada para Setembro, é a OSCE (Organização para a Segurança e Cooperação na Europa) e a presidência portuguesa daquele organismo.

São os autênticos porta-vozes do Governo, na lógica da propaganda, o primeiro sopra em surdina tudo o que orador governamental, a bancada do PSD e a bancada do PP devem dizer, é o mestre-ponto das encenações levadas ao palco pela coligação, não abdicando de actuar fora do quadro parlamentar. Ora, propondo o levantamento do sigilo bancário prontamente desmentido pela colega Ferreira Leite, ora acusando os socialistas de terem sido "especialistas em obras no papel", sendo desmentido pela inauguração de mais um, o último, troço da A2, Auto-Estrada do Algarve.

Em vésperas do tradicional período de férias dos portugueses, em que muitos desta vez não mudarão de ares, somos levados a concluir que, com o XV Governo Constitucional de Coligação PSD/PP, a velha imagem do "elefante numa loja de porcelana" deu lugar a uma autêntica "manada de elefantes numa loja de cristais", tantas são as situações em que ocorrem estragos consideráveis. Senão vejamos, alguns dos protagonistas da Coligação "espalha-acos":

DURÃO BARROSO - O líder do PSD, que mantém no exercício do cargo de Primeiro Ministro a divisa que adoptou durante a campanha eleitoral de "quanto mais falo, mais me engano", presenteou-nos com a rábula da Europa sem comando. "Imaginem que vão num grande avião, num Boeing 747 e, de repente, se deslocam ao cockpit e descobrem que não está ninguém nos comandos", afirmou Barroso, esquecendo-se que a União Europeia tem, neste momento, uma maioria de governos de centro-direita e de direita e que se quer falar de aviões deveria falar de Airbus e não dos americanos Boeing.

MOTA AMARAL - O presidente da Assembleia da República, que na posse assumiu a intenção de melhorar a imagem da instituição parlamentar, desdobra-se em declarações que conduzem a um resultado inverso. Para a opinião pública, os deputados - esses malandros - já estão de férias desde a célebre sessão do "69 - curioso número", a realidade é que, para além da sessão plenária de 19 de Julho, decorrem até ao final da presente semana comissões parlamentares. É como a pretensa guerra ao absentismo dos deputados no plenário que em boa medida passa por dar condições para que cada deputado que esteja no hemiciclo possa desenvolver trabalho, em vez de estar a fazer de figurante, enquanto as primeiras linhas - das direcções parlamentares - desenvolvem as estratégias para os debates. Basta que garanta tomadas eléctricas e ligações à internet em cada lugar do plenário.

MARQUES MENDES E BAGÃO FÉLIX - São os autênticos porta-vozes do Governo, na lógica da propaganda, o primeiro sopra em surdina tudo o que orador governamental, a bancada do PSD e a bancada do PP devem dizer, é o mestre-ponto das encenações levadas ao palco pela coligação, não abdicando de actuar fora do quadro parlamentar. Ora, propondo o levantamento do sigilo bancário prontamente desmentido pela colega Ferreira Leite, ora acusando os socialistas de terem sido "especialistas em obras no papel", sendo desmentido pela inauguração de mais um, o último, troço da A2, Auto-Estrada do Algarve. O segundo deixou cair a máscara do "gentleman" bem intencionado a pensar nos pobrezinhos, partindo para o insulto parlamentar e para a defesa de uma proposta de código laboral que vai ao ponto de querer restringir direitos de

COMO UMA MANADA DE ELEFANTES NUMA LOJA DE CRISTAIS

participação política dos cidadãos que desenvolvem funções sindicais. Em debates parlamentares, invocou vezes sem conta o direito individual de optar, em questões laborais e de segurança social, estará para breve a extensão do direito individual de opção para outras questões como o aborto?

MANUELA FERREIRA LEITE - Passaram 45 dias sobre a entrada em vigor do Orçamento Rectificativo para 2002, sem que o Governo definisse, através de decreto-lei, as alterações decorrentes das "insipientes" extinções, fusões e reestruturações de serviços e organismos públicos.

O COLECTIVO - Um ministro da Defesa que considera que os problemas das OGMA têm fundamento militar; um ministro da Administração Interna que desliga o telemóvel ao fim de semana; um ministro da Economia que quer atropelar os impactos ambientais para apressar os licenciamentos industriais; um ministro das Obras Públicas que é contra as SCUT's, mas adjudica SCUT's; um ministro Adjunto do primeiro-ministro que trata os jornalistas como lixo e admite que um deputado putativo responsável pelo "e-government" fale em nome do Governo como se já tivesse sido nomeado; um ministro dos Negócios Estrangeiros que saneia diplomatas conotados com o PS e após a polémica, resolve nomear outros para limpar a imagem; um ministro das Cidades que tutela o IGAT com relatórios sobre a sua gestão autárquicas, enfim, a profusão de casos, transmite-nos a sensação de que o XV Governo está em exercício há meses, quando apenas decorreram escassos quatro meses.

O XV Governo Constitucional PSD/PP tem passado os últimos meses a olhar para trás, a justificar com o passado a contenção do presente, esperemos que de olhar tanto para trás, PSD e PP não se esqueçam de olhar para a frente.



ANTÓNIO GALAMBA

Os dois textos que se encontram neste momento em discussão - as propostas de alterações estatutárias e da declaração de princípios - balizam as duas grandes dimensões que devem ser alvo de debate.

MUDAR É PRECISO

Com o artigo de Ferro Rodrigues, publicado no "Público" de 18 de Julho, o PS deu finalmente um passo para sair do jogo de equívocos e de compromissos silenciosos em que havia caído desde a tomada de posse do novo Governo e que, a crer nos relatos da imprensa, atingiu o seu auge na Comissão Nacional de dia 13. Depois da apresentação dos relatórios dos grupos de trabalho para a revisão dos estatutos e da declaração de princípios, o PS parece ter finalmente iniciado o processo de mudança e transformação que havia ficado prometido aquando da campanha eleitoral.

O artigo de Ferro Rodrigues tem, entre outros méritos, o de, naquilo que é uma atitude relativamente inédita no espaço político português, promover a discussão pública de questões que, a priori, seriam internas ao partido. Quando o CDS/PP expulsa militantes, quando o PCP prepara-se, em tons farscos, para voltar a fazê-lo e quando o PSD, em mais um sinal de desnoite da sua orientação política, realiza um congresso em que a grande linha de força parece ter sido a diabolização das vozes críticas internas, o PS tem de saber fazer do próximo congresso um espaço de discussão. Da promoção de um debate sério e não fulanizado em torno das questões enunciadas por Ferro Rodrigues, bem como de muitas outras, lucrará o partido e é na sua encruzilhada que reside a capacidade de mudando o PS, começar a criar as condições para mudar o país quando o PS for novamente governo.

O contexto é propício. Por um lado, não há eleições à vista e o actual Governo goza de uma sólida maioria parlamentar, que cria as condições de estabilidade política de que o país deve gozar. Por outro, durante a campanha eleitoral o PS, com Ferro Rodrigues, conseguiu levar a cabo um duplo movimento: reencontrou-se com as suas bases e com a sua natureza fundadora e, simultaneamente, mostrou um dinamismo e uma capacidade de estabelecer pontes com sectores da sociedade que, pelo menos desde os Estados Gerais de 1995, estavam afastados da política. O número de adesões ao partido nos últimos meses é sinal claro de uma dinâmica que silenciosamente vai fazendo o seu caminho. É agora a altura de aceitar discutir tudo e de fazê-lo com a consciência que a discussão que internamente fizermos interessa não apenas a nós, militantes, mas a todos os portugueses que acreditam que é possível e necessário fazer outra política e levar a cabo outras políticas.

Os dois textos que se encontram neste momento em discussão - as propostas de alterações estatutárias e da declaração de princípios - balizam as duas grandes dimensões que devem ser alvo de debate. O posicionamento ideológico do partido e a sua relação com o conjunto da sociedade, bem como as relações do partido com os seus militantes. É na capacidade de dar densidade e organicidade a estas duas questões que residirá a capacidade de definir novas políticas e uma nova relação com os portugueses. É discutindo as questões internas que criamos as condições de possibilidade para no futuro apresentar uma alternativa de governo sólida e consistente. As questões em debate não são, por isso, questões menores, pelo contrário, são os alicerces em que assentará o futuro do PS.

Em primeiro lugar, a declaração de princípios não é uma moção de estratégia, mas, sim, a definição do arco em que devem estar compreendidas as moções de estratégia passíveis de serem apresentadas no partido. É além de mais um texto que não só reflecte as novas questões e os novos constrangimentos que se colocam ao espaço político do PS, como é conforme com a identidade do próprio partido, que desde a sua fundação incorporou as mais diversas tradições, desde republicanos liberais, passando por marxistas até católicos progressistas. Questionar o texto que se encontra agora em discussão por este representar um desvio de direita é, antes de mais, contrariar uma das principais premissas da esquerda reformista, para quem o movimento é tudo. O imobilismo e a incapacidade de adequarmos a nossa acção e os nossos discursos a uma

realidade em mutação, e cujas transformações resultaram também da acção das forças do espaço político do PS, é um obstáculo não só à necessária modernização do ideário da esquerda transformadora, como também à própria capacidade de transformar a sociedade portuguesa, tornando-a mais justa e mais competitiva. Não podemos correr o risco de falar para um país que já não existe e não podemos ter um partido que reflecte uma estrutura de classes em profunda recomposição.

Em segundo lugar, a relação do partido com a sociedade. Grande parte da dinâmica vencedora da Nova Maioria residiu na capacidade de criar um movimento que, a partir do PS, mobilizou vastos sectores da sociedade portuguesa. Com os Estados Gerais, procurou-se fazer com que o Governo não fosse apenas um Governo do PS, mas sim um Governo em que grande parte da população portuguesa se visse, de facto, representada. Mas os Estados Gerais foram uma iniciativa, pela sua própria natureza, limitada no tempo e com evidentes limitações na forma, em grande medida por reproduzirem as insuficiências dos partidos. Ao assentarem numa lógica de cooptação de independentes reproduziram e potenciaram a lógica de relacionamento individualizado e fulanizado que caracteriza os partidos. Em lugar de se institucionalizar um diálogo continuado com o conjunto das organizações e movimentos sociais, a opção foi recrutar um conjunto de personalidades. Foi uma estratégia que trouxe, no imediato, benefícios, mas foi, também, uma estratégia que não procurou produzir, no médio prazo, um efeito de re dinamização e mudança da vida política portuguesa. A energia que se gerou em torno de Ferro Rodrigues durante a última campanha eleitoral é uma oportunidade para criar uma nova forma de diálogo com a sociedade, que supere as insuficiências que este apresentou no passado. O passo que deve agora ser dado é no sentido de estabelecer uma relação orgânica com os movimentos, associações e organizações que assumem uma progressiva relevância para a representação na esfera política dos interesses e anseios de muitos portugueses.

A renovação do PS não pode, de modo algum, ficar enriquecida entre a defesa intransigente do partido tal como ele é e a defesa de um imobilismo ideológico que é em si contraditório com a ideia de movimento que caracteriza desde sempre a esquerda. A capacidade transformadora do partido requer que este se transforme em conformidade. Nós, militantes do PS, temos de ser promotores dessa transformação. Seremos um partido tanto mais forte quanto mais aberto ao diálogo, à crítica exigente e à participação daqueles que não são militantes. Mudar o PS. Mudar a forma de fazer política e de estar na política é um primeiro sinal que deve ser dado aos eleitores. É um primeiro sinal de que sobemos ler os resultados das eleições, que sobemos aprender com os erros do passado e que não abdicaremos de transformar o país. Mudar agora o PS é preciso para que o PS possa mudar o País.



PEDRO ADÃO E SILVA

ODEMIRA

VIGILÂNCIA NAS PRAIAS



A Câmara Municipal de Odemira estabeleceu um protocolo com a associação Resgate (associação de nadadores-salvadores do Litoral Alentejano), para garantir a segurança e vigilância nas praias do concelho, durante a presente época balnear. Perante a fraca gestão do domínio público marítimo pelas entidades com jurisdição e competências nas áreas da segurança e da gestão das praias de Odemira, e tendo em conta que apenas duas das nove praias sujeitas a um rigoroso controle de qualidade das águas foram este ano concessionadas a privados, a autarquia resolveu não ficar indiferente e assumir a vigilância das praias.

Com este acordo, a autarquia atribui uma verba de 31mil euros à associação Resgate para as suas actividades, garantindo ao mesmo tempo a vigilância durante a época balnear nas praias de

Almograve, Carvalhal, Malhão, e Zambujeira do Mar.

No que respeita à limpeza das praias, ao contrário do que acontece desde 1998, este ano não será efectuada a campanha de limpeza das praias do concelho de Odemira pelas reclusas do Estabelecimento Prisional Regional.

A Direcção Regional do Ambiente e Ordenamento do Território comunicou à autarquia que a limpeza das praias é da competência dos municípios e perante esta situação e sem a necessária transferência de verbas, a autarquia não tem capacidade financeira para assumir os encargos desta operação.

Perante esta situação a Câmara municipal assegura a limpeza das praias de Almograve Carvalhal, Vila Nova de Milfontes e Zambujeira do Mar, através dos seus próprios mecanismos.

MATOSINHOS

HABITAÇÃO SOCIAL

A Câmara Municipal de Matosinhos aprovou por unanimidade uma proposta de empréstimo de 15 milhões de euros para financiar a construção de habitação social e de obras com participação de fundos comunitários.

O presidente da autarquia, Narciso Miranda, reafirmou a "saúde financeira do concelho", frisando que dos "50 maiores municípios portugueses, Matosinhos é o concelho que tem a mais baixa taxa do plafond de endividamento, não ultrapassando 12 por cento do que está previsto na lei".

Este empréstimo, que será ainda submetido à

aprovação da Assembleia Municipal, destina-se a financiar obras já em curso no Conjunto Habitacional da Seara, na Senhora da Hora, em Custóias e em S. Mamede de Infesta, e também à construção de novos fogos de habitação social em Angeiras, Perafita, Leça da Palmeira e S. Mamede Infesta.

Os arruamentos de reinserção urbanística em Lavra, a ligação Sendim - M.Pipos, na Lomba e a aquisição de equipamento social são empreendimentos com participação de fundos comunitários também financiados por este empréstimo.

**RIO MAIOR**

CÂMARA REQUALIFICA ZONA CENTRAL DA CIDADE

A nova zona central da cidade de Rio Maior vai ser requalificada, numa intervenção planeada pela Câmara local, a partir de um projecto do arquitecto Manuel Salgado, num investimento que ronda os 15 milhões de euros.

Está prevista a abertura de vias pedonais na zona desportiva e escolar, bem como a definição da Av. Mário Soares como principal via de entrada na cidade de Rio Maior, desviando do centro o tráfego que atravessa a cidade

O programa de requalificação contempla ainda a remodelação total da rede viária e de estacionamento, com a transformação da Av. Paulo VI em alameda comercial.

Os responsáveis municipais asseguram que a construção de quatro novos parques de estacionamento - subterrâneos e de superfície -, assim como a criação de 959 lugares à superfície na zona de intervenção, num total de 2127 espaços, vai permitir a resolução deste grave problema da cidade. No âmbito da intervenção, a ribeira de S. Gregório, um valioso recurso natural que se encontra em mau estado de conservação, vai também ser requalificada.

O projecto contempla ainda a criação de uma praça pública junto à biblioteca municipal e a transferência das áreas industriais para o exterior da zona de intervenção.

**GUIMARÃES**

PS VENCE ELEIÇÕES INTERCALARES NA FREGUESIA DE SANDE

O Partido Socialista venceu com maioria absoluta, as eleições intercalares na freguesia de Vila Nova de Sande.

Os socialistas obtiveram 629 votos (56%), o PSD conseguiu 294 (26,2), o PP 159 (14,2%) e a CDU (2,4%), num universo de 1549 eleitores inscritos votaram 1122 (72,4%) tendo-se registado oito votos branco e quatro nulos.

Nestas eleições, o PS recandidatou Manuel Martins, que gere esta freguesia há 15 anos e que afirmou querer "acabar o projecto de desenvolvimento" que vem realizando e que passa por resolver os problemas da falta de habitação, construção de uma creche e de um centro de dia para idosos.

Outras das prioridades do autarca socialista passam por acabar a rede de saneamento básico, atenuar o problema da Estrada Nacional 310 e fazer uma ligação rodoviária a Pedraído e à zona industrial da freguesia.

A vulgarização e a democratização do acesso à Internet foi, na verdade, mais uma boa herança deixada pelo PS, em resultado de medidas como a ligação de todas as escolas e bibliotecas da rede pública à Internet, criação de espaços públicos de acesso gratuito à Internet, entre outras.

O PAÍS PRECISA DO EXEMPLO DO PS!

LUÍS MIGUEL FERREIRA

S. JOÃO DA MADEIRA

No "Acção Socialista" de 4 de Julho último, Vitalino Canas deu conta da discussão ocorrida na Fundação Andreas Papandreu que, nos dias 14 e 15 de Junho, organizou uma reflexão sobre o actual momento do socialismo democrático e da social-democracia e dos partidos socialistas e social-democratas europeus.

Neste esclarecedor artigo, Vitalino Canas referiu-se a "uma das discussões mais estimulantes" e que dizia respeito à "influência da Internet no modo como os partidos farão política no futuro".

De facto, num momento em que o Partido Socialista se prepara para alterar os seus estatutos e declaração de princípios; numa altura em que o PS (re)pensa o seu futuro e o seu relacionamento e comunicação não só com os militantes mas também com a sociedade em geral; numa altura em que o PS afina o discurso enquanto partido da oposição que aspira voltar ao poder; numa altura em que o PS vive (ou tenta viver) um processo de renovação; não pode o PS afastar da discussão a realidade e as potencialidades das novas (que já não são novas!) Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), em particular da Internet.

Não nos devemos esquecer que não estamos perante uma moda que passa com o tempo. Estamos sim a falar de uma inevitabilidade, que conta com cada vez mais adeptos e utilizadores. Segundo a Anacom (Autoridade Nacional de Comunicações), no 1º trimestre de 2002, o número de utilizadores do serviço de acesso à Internet em Portugal, atingiu quase os quatro milhões, o que corresponde a um crescimento de 13 por cento face ao trimestre anterior. Ora, na realidade, o Partido Socialista não pode alhear-se destes números que, aliás, são o que são muito por causa das medidas que foram tomadas por Mariano Gago, enquanto ministro da Ciência e Tecnologia nos governos socialistas. A vulgarização e a democratização do acesso à Internet foi, na verdade, mais uma boa herança deixada pelo PS, em resultado de medidas como a ligação de todas as escolas e bibliotecas da rede pública à Internet, criação de espaços públicos de acesso gratuito à Internet, entre outras.

É, pois, importante que o PS, a este nível, ande mais e mais depressa que os seus adversários. É importante que o PS esteja na linha da frente e que seja um partido eficiente, que fale numa linguagem actual e que seja um exemplo de modernidade. Não é aceitável que, por exemplo, o Site do PS seja carregado de informação apenas durante as campanhas eleitorais, numa altura em que é geral o sentimento de grande dificuldade de comunicação que existe entre os militantes e os órgãos distritais e nacionais. Não é aceitável que sejam lançadas propostas de militantes via Internet e esses futuros militantes venham a receber em suas casas uma ficha, em papel, para preenchimento e envio para Lisboa, de Lisboa vai à secção respectiva para aval, da secção vai novamente a Lisboa para ratificação para, passados alguns (muitos) dias, ser enviado, de Lisboa, para o já militante, o tão ambicionado cartão.

Se a Comissão Nacional alterar os Estatutos para fazer efeito já no próximo Congresso, bom será que dê uma grande volta à aberração das inerências, levando-as para o quase zero.

O ano 2002 vai ser preenchido de ocorrências para a vida do Partido Socialista em todas as escalas da sua estrutura organizativa.

A nível nacional, além das reuniões da Comissão Nacional das quais a de Julho poderá ser determinante no concernente aos Estatutos, realiza-se em Novembro o Congresso Nacional e, mesmo que não surja candidato a disputar a liderança a Ferro Rodrigues (seria uma boa altura para Carrilho confirmar os ameaços dos finais de 2001), é provável que aconteça uma viragem importante. Serão revistos os Estatutos (ou confirmada a revisão de Julho) e actualizados o Programa e a Declaração de Princípios. O que não quererá significar uma esquerdização, como alguns soltam um papão a evitar. À esquerda o PS tem pouco campo a trilhar para conseguir resultados (votos). Tem que estabilizar o eleitorado próprio e que se localiza pelo centro do espectro político. Os da esquerda (PC) virão naturalmente, se formos coerentes.

Se a Comissão Nacional alterar os Estatutos para fazer efeito já no próximo Congresso, bom será que dê uma grande volta à aberração das inerências, levando-as para o quase zero. Todos reconhecem que, em caso de haver candidatura alternativa, as inerências desvirtuam sempre os resultados em favor dos candidatos do poder. Aos níveis nacional, distrital ou concelhio.

Virão depois os congressos distritais. Em Aveiro, o actual presidente anunciou já a disposição de se recandidatar, que manterá por certo, a menos que a revisão estatutária introduza a limitação de mandatos e com efeito imediato.

O concelho da Feira tem no distrito, por força dos militantes inscritos, um peso eleitoral de cerca de 25 por cento - a reafiliação, se feita antes dos congressos pode alterar esse peso para mais (?) ou para menos (?). Mesmo que as inerências se mantenham (será que) este peso eleitoral sugere ou mesmo obriga que daqui saia uma candidatura alternativa. E, antes de mais, cabe perguntar à estrutura concelhia se, porventura, enviou à respectiva comissão alguma sugestão de revisão estatutária. As inerências, as secções de residência, o hino, as quotas, etc.

Com a Internet é possível, de facto, aumentar a eficácia do PS, não só em termos de organização interna, mas também, e fundamentalmente, em termos de fazer passar a sua mensagem. No fundo, na minha opinião, muitos dos problemas que o PS tem enfrentado surgem precisamente da dificuldade que existe em fazer passar mensagens. Aliás, estou convicto que esse foi um dos aspectos que levaram a que o PS perdesse as últimas legislativas. Não fomos capazes, em tempo útil, de mostrar aos portugueses aquilo que foi a nossa obra ao longo de seis anos. Não fomos capazes de desmontar toda aquela demagogia populista que o PSD ia apregoando! Não fomos capazes de fazer passar aquilo que os portugueses deviam conhecer para que os resultados fossem favoráveis ao PS. Ora, a Internet é, inquestionavelmente, uma arma poderosíssima e que impede a truncatura da informação. Todos sabemos que a Comunicação Social (escrita, falada e ouvida) passa aquilo que considera importante mas que, deliberadamente ou não, nem sempre mostra toda a verdade nem revela total isenção. Nesse aspecto, provavelmente, não haverá meio de comunicação mais democrático nem mais completo do que a Internet! Não vou agora dar exemplos concretos de como o PS poderá aproveitar a Internet para se impor na sociedade portuguesa (e europeia). Deixarei esse aspecto para uma próxima oportunidade! Gostava apenas de deixar esta nota sobre este assunto bastante actual e que vai ser decisivo para o futuro do PS. O futuro do PS, enquanto Partido político que defende a democracia em todas as suas vertentes e em todos os seus domínios, tem na Internet uma oportunidade. Uma oportunidade de crescimento, de comunicação e de (in)formação. Isto numa altura em que os cidadãos se vão afastando da política e vão endurecendo o seu discurso contra os partidos e contra os políticos. Isto numa altura em que vão crescendo, por toda a Europa, os movimentos populistas, altamente demagógicos e que falam dos problemas da sociedade sempre "com meias verdades" e escondendo as suas propostas de soluções para esses mesmos problemas. É, pois, com muito agrado que vejo destacados dirigentes do PS como José Magalhães e agora Vitalino Canas a abordarem este assunto. No entanto, não podemos correr o risco de deixar ficar estas questões apenas no papel e no plano das intenções. Temos que avançar muito rápido, com medidas arrojadas, corajosas, modernas e que tragam ao PS uma imagem real de partido político organizado e aberto aos seus militantes e à sociedade. Entretanto, o País não pode esperar! O País precisa do exemplo do Partido Socialista!

REFLEXÕES

JOSÉ PINTO

MILITANTE 30363
SECÇÃO DE CALDAS DE S. JORGE

Qualquer candidatura que queira defasiar o actual utente da poltrona distrital tem que se lançar desde já, começando a pôr algumas penas a forrar o ninho, que o mesmo é dizer, começando a dar a cara, a vender a imagem e a espalhar ideias pelo distrito.

E não o fazendo desde agora, quem quer que seja, comecem os militantes a interiorizar onde localizar a sua preferência e vão acabar por se situarem naquele, único, que conhecem, mesmo que o não achem o ideal. Será o mesmo que escolher entre o mau e o nada, considerando este nada o não surgimento atempado de um candidato feirense.

Se não surgir, a muito breve trecho, um militante do concelho que agregue 100 por cento dos inscritos de todo o concelho, e que inicie uma abordagem sistemática de outras concelhias, eu também terei a ir pelo que, não tendo sido o ideal, tendo feito, com o tempo, uma cova demasiado grande na poltrona, é pelo menos conhecido. Conhecem-se-lhe os defeitos e sabem-se-lhe as (algumas) qualidades que tem.

Com o partido arredado da área do poder, mais do que antes se justifica um forte e constante contacto com os militantes para uma clara e regular informação sobre as actualidades políticas. Mostrar à opinião pública, via militantes, o embuste que é a actual governação comparativamente com as promessas eleitorais.

E já agora uma pequena provocação que encaixámos, os do concelho da Feira, vinda do PSD. Por duas vezes, em 20 anos, o PSD designou duas personalidades feirenses para o cargo de governador civil de Aveiro. O resto do meu pensamento adivinhou-se.

A SEMANA PREVISTA

SEG.
TER.
QUA.
QUI.
SEX.
SÁB.
DOM.

Em conjunto com a Juventude Socialista, o PS vai lançar uma petição nacional contra o fim do crédito bonificado à habitação aos jovens.



Na próxima terça-feira realiza-se a reunião semanal do Secretariado Nacional no Largo do Rato.

Os deputados socialistas eleitos pelo círculo da Guarda efectuem uma visita ao concelho de Seia, onde manterão contactos com os eleitores.

O PS/Algarve dá uma conferência de Imprensa, no próximo domingo, sobre as portagens na Via do Infante e descentralização.

Jorge Sampaio efectua uma visita oficial à Áustria, entre os dias 26 e 28 de Julho, onde manterá encontros com o Presidente austríaco e com os Presidentes dos três Países Bálticos, para além de assistir à abertura do Festival de Salzburgo como convidado de honra.



SEG. TER. QUA. QUI. SEX. SÁB. DOM.

ACÇÃO SOCIALISTA INFORMAÇÕES ÚTEIS

SECÇÕES DE BRAGANÇA/ /VIANA DO CASTELO

Secção PS Alfândega da Fé
Rua do Pombalzinho, 16 - 5350 Alfândega da Fé
273942454

Secção PS Bragança
Rua Abílio Bessa, 99 - 1º - 5300-011 Bragança
273322361

Secção PS Torre de Moncorvo
Rua dos Palheiros, 26 - 1º - 5160 Torre de Moncorvo
279252458

Secção PS Vimioso
Rua da Malhada, n.º 5 - 5230 Vimioso
27352210

Secção PS Caminha
Rua Barão de São Roque - 4910 Caminha
251921445

Secção PS Valença
Apartado, 52 - 4930 Ponte de Lima
25123252

Secção PS Viana de Castelo
Rua Gago Coutinho, 13 - 1º - 4900-510 Viana do Castelo
258822512

Secção PS Barroelas
Apartado, 19 - Rua da Feira - 4905 Barroelas
258972144



ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Propriedade do Partido Socialista

FICHA TÉCNICA

Director **António José Seguro**

Director-adjunto **Silvino Gomes da Silva**
silvino@partido-socialista.pt

Coord. Administrativo e Financeiro **José Manuel Viegas**

Grafismo **Miguel Andrade**

Redacção **J.C. Castelo Branco**
castelobranco@partido-socialista.pt

Mary Rodrigues

maryr@partido-socialista.pt

Paulo Pisco

Colaboração **Edite Bandos**

Secretariado **Sandra Anjos**

sandraanjos@partido-socialista.pt

Paginação electrónica **Francisco Sandoval**
fsandoval@partido-socialista.pt

Edição electrónica **Joaquim Soares**

José Raimundo

Francisco Sandoval

Internet www.ps.pt/accao

E-mail Accao.Socialista@partido-socialista.pt

Redacção, Administração e Expedição **Avenida das Descobertas 17**
Restelo - 1400-091 Lisboa
Telefone 21 3021243 Fax 21 3021240

Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido

Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X

Impressão **Mirandela, Artes Gráficas SA**
Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa



- Quero assinar o Acção Socialista na modalidade que indico**

Junto envio o valor da assinatura

- Quero renovar a assinatura**

Junto envio o valor da assinatura

Cheque

Vale de correio

12 meses

Por favor remeter este cupão para:

Acção Socialista

Avenida das Descobertas, 17 - Restelo

1400-091 Lisboa

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

Assinaturas

12 meses

52 números

Continente

25 €

Regiões Autónomas

32 €

Macau

54 €

Europa

63 €

Resto do Mundo

92 €

**O valor das assinaturas
de apoio é livremente fixado
pelos assinantes
a partir dos valores indicados**